



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35000.001688/2019-48

Interessado: BANCO CETELEM S.A., SILVIA MARIA DA CONCEIÇÃO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 118
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 17/09/2020, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1723239** e o código CRC **025370C2**.

Referência: Processo nº 35000.001688/2019-48

SEI nº 1723239



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



INSS / PRESIDÊNCIA
COMANDO Nº
479.154.780

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204
(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF

Ofício nº. 33/2019

Brasília, 28 de janeiro de 2019.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul
Brasília - DF

Previdência Social
SERVIÇO DE PROTOCOLO



35000.001688/2019-48

Assunto: **Envio de Acórdão para ciência**

Número do processo: **0707199-27.2018.8.07.0003**
Classe judicial: **RECURSO INOMINADO (460)**
RECORRENTE: **SILVIA MARIA DA CONCEICAO SILVA**
RECORRIDO: **BANCO CEFLEEM S.A.**

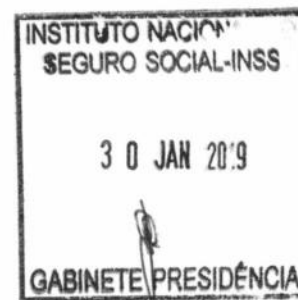
Senhor(a) Juiz(a),

Comunico a Vossa Senhoria que foi proferida decisão (em anexo) nos autos do(a) RECURSO INOMINADO (460) nº. **0707199-27.2018.8.07.0003**, em curso na Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, para fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Segue em anexo, o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado.

Atenciosamente,

EMILIA CARMEM DE OLIVEIRA
Diretora de Secretaria Substituta



Número do documento: 19012815210927100000006857504

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19012815210927100000006857504>

Assinado eletronicamente por: EMILIA CARMEM DE OLIVEIRA - 28/01/2019 15:21:09

Num. 7007774 - Pág. 1

Processo 0707199-24.2018.8.07.0003 (1723214)

SEI 35000.001688/2019-48 / pg. 3



28/01/2019



Número: **0707199-27.2018.8.07.0003**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **01/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.672,00**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Assuntos: **Adimplemento e Extinção**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
SILVIA MARIA DA CONCEICAO SILVA (RECORRENTE)	
	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)
BANCO CETELEM S.A. (RECORRIDO)	
	DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7004244	28/01/2019 13:52	Certidão	Certidão

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal



Número do processo: 0707199-27.2018.8.07.0003

Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)

Assunto: [Adimplemento e Extinção]

RECORRENTE: SILVIA MARIA DA CONCEICAO SILVA

RECORRIDO: BANCO CETELEM S.A.

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que, à 00:00:00 de **28 de janeiro de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2019.



Número do documento: 19012813521374400000006854056

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19012813521374400000006854056>

Assinado eletronicamente por: EMILIA CARMEM DE OLIVEIRA - 28/01/2019 13:52:13

Num. 7004244 - Pág. 1



Número: 0707199-27.2018.8.07.0003

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **01/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.672,00**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Assuntos: **Adimplemento e Extinção**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
SILVIA MARIA DA CONCEICAO SILVA (RECORRENTE)	
	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)
BANCO CETELEM S.A. (RECORRIDO)	
	DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6488603	03/12/2018 15:20	Acórdão	Acórdão

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL

Processo N. RECURSO INOMINADO 0707199-27.2018.8.07.0003

RECORRENTE(S) SILVIA MARIA DA CONCEICAO SILVA

RECORRIDO(S) BANCO CETELEM S.A.

Relator Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Acórdão N° 1140535

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. AUSÊNCIA DE CONTRATO. NULIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DO VALOR COLOCADO À DISPOSIÇÃO DA CONSUMIDORA. RESTITUIÇÃO DOS DESCONTOS. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES N° 28/2008. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.
2. Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e art. 46, ambos do CDC.
3. De fato, o contrato juntado pelo réu aos autos está em branco, contendo somente a assinatura da autora (ID 5628912, p. 3/4). Não consta o valor e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo.
4. Diante de tal fato, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente a dívida ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pela consumidora.



Número do documento: 18120315201546300000006351692

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18120315201546300000006351692>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 03/12/2018 15:20:15

Num. 6488603 - Pág. 1

Processo 0707199-24.2018.8.07.0003 (1723214)

SEI 35000.001688/2019-48 / pg. 11

5. Deve ser consignado que não restou comprovado nos autos que a autora usou o cartão de crédito, dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi enviado e nem por ela desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato em questão (ID 5628912, p. 3/4), nos termos do art. 51, IV, do CDC.

6. No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo efetivamente utilizado pela autora. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento se causa.

7. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte da autora, que recebeu o valor emprestado pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pela consumidora, da diferença, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração, em definitivo, de nulidade do contrato e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco (ID 5628912, p. 2), na forma simples. Precedentes das Turmas Recursais.

8. Por outro lado, o valor pago a maior pela consumidora, se houver, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

9. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

10. Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) condenar o réu a promover a suspensão imediata dos descontos salariais referentes ao contrato de empréstimo em questão, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) determinar a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração, em definitivo, de nulidade do contrato e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco (ID 5108498, p. 1/2), na forma simples; e c) condenar o réu a restituir, na forma simples, e se houver, valores que tenham sido pagos a maior pela consumidora. Mantidos os demais termos. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

11. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES N° 28/2008.

12. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à míngua de recorrente vencido na integralidade.

ACÓRDÃO

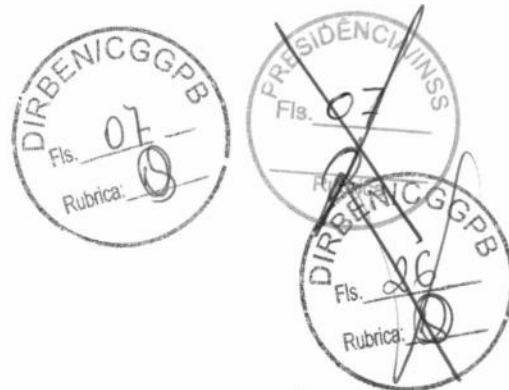
Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: **CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.



Brasília (DF), 28 de Novembro de 2018

Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Relator



RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pela autora contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, julgou procedentes em parte os pedidos iniciais para: a) anular o contrato celebrado entre as partes; b) determinar que a autora deposite em Juízo a diferença entre o numerário recebido e o montante adimplido na data da sentença.

Alega a ausência de informação do banco e vício de consentimento na realização do contrato, uma vez que pretendia realizar empréstimo consignado na modalidade tradicional, devendo os valores pagos serem restituídos na forma dobrada. Assevera estar incorreto na sentença o valor por ela adimplido e a existência de danos morais.

Contrarrazões apresentadas (ID 5628937).

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e ao art. 46, ambos do CDC.

De fato, o contrato juntado pelo réu aos autos está em branco, contendo somente a assinatura da autora (ID 5628912, p. 3/4). Não consta o valor e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo.

Diante de tal fato, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente a dívida ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pela consumidora.



Deve ser consignado que não restou comprovado nos autos que a autora usou o cartão de crédito, dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi enviado e nem por ela desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato em questão (ID 5628912, p. 3/4), nos termos do art. 51, IV do CDC.

No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo por ela efetivamente utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento se causa.

Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte da autora, que recebeu o valor emprestado pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração, em definitivo, de nulidade do contrato e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco (ID 5628912, p. 2), na forma simples. No sentido acima, colaciono precedentes das Turmas Recursais: Acórdão n.1117921, 07007674120188070019, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 17/08/2018, Publicado no DJE: 04/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: SANTO HELENO DE SA versus BANCO BMG S.A. Acórdão n.1120325, 07137793420188070016, Relator: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 29/08/2018, Publicado no DJE: 05/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada Partes: PEDRO BORGES DOS SANTOS FILHO versus BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A.

Por outro lado, o valor pago a maior pela consumidora, se houver, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) condenar o réu a promover a suspensão imediata dos descontos salariais referentes ao contrato de empréstimo em questão, nos termos do art. 51, IV do CDC; b) determinar devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração, em definitivo, de nulidade do contrato e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco (ID 5108498, p. 1/2), na forma simples; e c) condenar o réu a restituir, na forma simples, e se houver, valores que tenham sido pagos a maior pela consumidora. Mantidos os demais termos. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à míngua de recorrente vencido na integralidade.

É como voto.

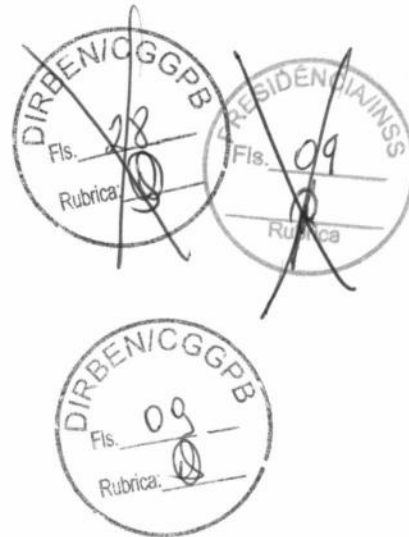
O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal
Com o relator



O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal
Com o relator

DECISÃO

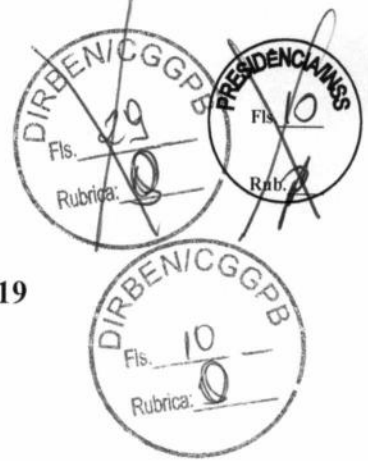
CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 31 / 01 / 2019



Ref.: Ofício nº 33/2019 (SIPPS nº 479.154.780)

Int.: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Ass.: Processo nº 0707199-27.2018.8.07.0003

1. Ciente.
2. Encaminhar à Diretoria de Benefícios, de ordem do Senhor Presidente, para atendimento.
3. Restituir a este Gabinete com a informação de cumprimento, até o próximo dia 14/02.

ANTONIO DE JESUS DA ROCHA FREITAS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Presidência



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

01.500.5 – CORDENAÇÃO-GERAL DE GERENCIAMENTO DO PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS - CGGPB

01.500.502 – DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS, em 19/02/2019.

Ref.: Ofício nº 33/2019 (Comando SIPP: 479.154.780)

Int.: TJDF

Ass.: Processos: 0707199-24.2018.8.07.0003- Aplicação de Penalidades da IN28 – Banco Cetelem S/A

1. Tratam-se de ofícios emitidos pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, recomendando a aplicação das penalidades descritas no art. 52 (transcrito abaixo), da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008 - IN 28/2008, contra o Banco Pan S/A.

Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela Dirben, nos casos de: (Grifo nosso)

a) reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos; ou

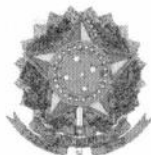
b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS; (grifo nosso)

II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:

a) não atendimento ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 47, art. 48 e inciso I do parágrafo único do art. 49 desta Instrução Normativa; ou

b) descumprimento das cláusulas do convênio ou das instruções emanadas pelo INSS;

III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

no inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46 desta Instrução Normativa;

IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e.

V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação:

a) na hipótese de reincidência na ocorrência de que trata o inciso III, após o cumprimento da suspensão prevista no inciso IV; e

b) na ocorrência de dez incidências consecutivas ou concomitantes no cometimento dos motivos ensejadores da suspensão de que trata a alínea "b" do inciso II, dentro do mesmo exercício financeiro.

2. O referido ofício traz decisão proferida nos autos do recurso inominado nº 0707199-24.2018.8.07.0003, onde condena o Banco Cetelem S/A, à exclusão de empréstimo e restituir a requerida por eventuais cobranças a maior.

3. Feitas as considerações, encaminhe-se à **Diretoria de Benefícios – DIRBEN – 01.500**, para análise quanto a aplicação das penalidades do art. 52 da IN 28/2008.


ANGELA REGINA LIMA DE OLIVIRA

Chefe da Divisão de Consignações em
Benefícios


SAULO MILHOMEM DOS SANTOS

Coordenador-Geral de Gerenciamento do
Pagamento de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



DIRETORIA DE BENEFÍCIOS-01.500, em 07.03.2019.

Ref.: Processo Judicial n. 0707199-24.2018.8.07.0003
– Aplicação de Penalidades da IN 28 – Banco Cetelem
S/A (SIPPS 479.154.780)

Int.: Divisão de Consignação em Benefício

Ass.: Aplicação de penalidade.

Ciente.

Processo administrativo formalizado em decorrência de intimação judicial através de Ofício do Tribunal de Justiça do Distrito Federal para aplicação da penalidade prevista no Art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008 ao Banco Cetelem S/A.

Em que pese estarmos diante de intimação judicial, o INSS não foi autor da ação judicial, nem tão pouco parte no processo, razão pela qual para aplicação da penalidade prevista no Art. 52, incisos I a V, da IN INSS/PRES nº 28/2008 deverá obrigatoriamente observar o devido processo legal.

Desta forma, antes de aplicarmos a penalidade, deverão ser adotados os procedimentos administrativos que observem o contraditório e ampla defesa, com fundamento no Art. 5º, inciso LIV, da CF e Arts. 26 e seguintes da Lei nº 9784/1999 (Lei do Processo Administrativo), bem como previsto na Instrução Normativa INSS nº 74, de 03 de outubro de 2014, aplicáveis ao caso em questão.

Seguindo as disposições previstas nos referidos normativos, observando-se que a IN 100/2018 ainda não entrou em vigência, deverá ser adotado o seguinte fluxo antes da aplicação da penalidade, se for o caso:

- a) Notificar a instituição financeira, mediante ofício, em que conste expressamente a descrição da conduta alegadamente irregular, bem como a previsão de possibilidade de apresentação de defesa escrita, no prazo de dez dias, contatos a partir do recebimento da notificação, que deverá ser certificada nos autos;
- b) caso a instituição financeira envolvida não apresente a defesa no prazo, deverá ser certificada no processo administrativo tal ocorrência;
- c) caso a instituição financeira envolvida apresente defesa, ela deverá ser motivadamente apreciada pela DCONB;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



d) esgotadas as providências previstas nos itens “a a “b”, a DCONB elaborará Nota Técnica nos autos e proporá à Coordenação-Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios - CGGPB o arquivamento ou a aplicação de penalidade específica, dentre outras medidas que entenderem cabíveis.

e) da decisão da CGGPB caberá recurso hierárquico, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão, que será direcionado à autoridade que prolatou a decisão, a qual, não a reconsiderando no prazo de cinco dias, deverá encaminhar os autos à DIRBEN, para decisão no prazo de trinta dias, a partir do seu recebimento; e

f) da decisão da DIRBEN caberá novo recurso hierárquico, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão, direcionado à autoridade que prolatou a decisão, a qual, não reconsiderando no prazo de cinco dias, deverá encaminhar os autos à Presidência do INSS, no prazo de trinta dias a partir do seu recebimento.

Esclareço que o fato de se tratar de ofício encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal proferido em processo do qual a instituição bancária foi ré, não retira do INSS a obrigatoriedade de se observar o devido processo legal em relação às penalidades que serão impostas no âmbito administrativo, uma vez que para esta há necessidade de se seguir o fluxo especificamente administrativo.

Retorno à Divisão de Consignações para as providências acima citadas.


MÁRCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ofício nº98/INSS/CGGPB/DCONB

Brasília, 15 de março de 2019.

Ao Senhor
ANDRE RICARDO CORREA DE PAULA
Diretor do Banco Cetelem S/A
Alameda Rio Negro, 161, 17º Andar, Alphaville
CEP: 06.454-000 - Barueri/SP

Assunto: **Aplicação de Penalidade previstas no Art. 52 da Instrução Normativa nº28/INSS/PRES de 16/05/2008 - Notificação**

Senhor Diretor,

1. Em atenção à recomendação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, de aplicação das penalidades previstas no art. 52, incisos I a V (transcritos abaixo) da Instrução normativa nº28/INSS/PRES de 16/05/2008 – IN28/2008, solicitamos manifestação desta Instituição.

Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela Dirben, nos casos de: grifo nosso

a) reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos; ou

b) **sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS; grifo nosso**

II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:

a) não atendimento ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 47, art. 48 e inciso I do parágrafo único do art. 49 desta Instrução Normativa; ou

b) descumprimento das cláusulas do convênio ou das instruções emanadas pelo INSS;

III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto no inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46 desta Instrução Normativa;

IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e

V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação:

a) na hipótese de reincidência na ocorrência de que trata o inciso III, após o cumprimento da suspensão prevista no inciso IV; e

b) na ocorrência de dez incidências consecutivas ou concomitantes no cometimento dos motivos ensejadores da suspensão de que trata a alínea "b" do inciso II, dentro do mesmo exercício financeiro.

Setor de Autarquias Sul, Quadra 02 - Bloco O - 8º andar, - CEP 70070-946 - Brasília - DF
cggpb@inss.gov.br



§ 1º As suspensões a que se referem os incisos II, III e IV deste artigo serão independentemente da expiração do prazo estabelecido, até a conclusão da análise da Dirben sobre a manifestação apresentada pela instituição financeira de cada situação que deu causa à sanção.

§ 2º A Dirben poderá, sempre que tomar ciência de atos lesivos ao beneficiário ou à imagem do INSS, inclusive com publicidade enganosa ou abusiva, suspender o recebimento de novas averbações da instituição financeira até que esta apresente as informações conclusivas que justifiquem ou contradigam tais atos.

§ 3º No caso de publicidade enganosa ou abusiva comprovada, a instituição financeira deverá se retratar ou corrigir a informação divulgada no mesmo veículo de comunicação então utilizado e, no mínimo, com igual espaço e destaque.

2. A recomendação foi motivada pela condenação do Banco Cetelem S/A, no processo relacionados abaixo, com trânsito em julgado, onde o banco foi condenado por conduta irregular em relação aos contratos de cartão, celebrados junto a beneficiários da Previdência Social.


Ofício	Processo	Beneficiário	CPF	NB	Contrato
33/2019	0707199-27.2018.8.07.0003	SILVIA MARIA DA CONCEICAO SILVA	214.333.051-00	115.445.106-0	97-821011712/16

3. As conclusões foram de que o banco não forneceu informação suficiente à beneficiária quanto à sistemática de funcionamento do contrato, ferindo os preceitos do Código de Defesa do Consumidor. O banco foi sentenciado a declarar nulidade do contrato, a suspensão imediata dos descontos e a restituição de forma simples de eventuais valores cobrados a maior.

4. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos art. 5º, inciso LV da CF, antes da aplicação da recomendada penalidade, concedemos a essa Instituição, prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento do presente ofício para apresentação de defesa.

5. Enviamos em anexo, ofícios com as decisões judiciais em questão.

Atenciosamente,


ANGELA REGINA LIMA DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios

JU185186822BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
21/03/2019 11:53 BARUERI / SP



21/03/2019 11:53 **Objeto entregue ao destinatário**
BARUERI / SP
21/03/2019 10:27 **Objeto saiu para entrega ao destinatário**
BARUERI / SP
20/03/2019 14:58 **Objeto postado**
BRASILIA / DF

Exmo. Sr. Diretor da Divisão de Consignações em Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Ref.: Ofício nº 98/INSS/CGGPB/DCONB



BANCO CETELEM S.A. ("CETELEM"), instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob 00.558.456/0001-71, com sede na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville Industrial, Barueri, SP, CEP 06454-000, e endereço eletrônico juridico.negocios@cetelem.com.br (**docs.01 e 02**), vem, por seus representantes legais, tempestivamente, com fulcro no art.52-A, II, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008, apresentar a sua **DEFESA**, pelos motivos de fato e de direito adiante expostos.

I – RESUMO DA NOTIFICAÇÃO

01. Trata-se de ofício enviado pela Divisão de Consignações em Benefícios do INSS, por meio do qual a autarquia relata que o CETELEM foi condenado, nos autos do processo judicial nº 0707199-27.2018.8.07.0003, *“por conduta irregular em relação aos contratos de cartão, celebrados junto a beneficiários da Previdência Social.”*

02. Argumenta que a conclusão da referida demanda judicial foi de que o *“banco não forneceu informação suficiente à beneficiária quanto à sistemática de funcionamento do contrato”*, o que, segundo consta do documento, feriu os *“preceitos do Código de Defesa do Consumidor.”*

03. Por essa razão, e atendendo à recomendação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, esta Autarquia procedeu à notificação desta instituição financeira, para possível aplicação de penalidade previstas no art. 52 da Instrução Normativa nº 28/INSS/PRES de 16/05/2008, abaixo reproduzida:

“Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na





ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela Dirben, nos casos de: grifo nosso

a) reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos; ou

b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS; grifo nosso

II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:

a) não atendimento ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 47, art. 48 e inciso I do parágrafo único do art. 49 desta Instrução Normativa; ou

b) descumprimento das cláusulas do convênio ou das instruções emanadas pelo INSS;

III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto no § 4º do art. 1º, inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46; **(Nova redação dada pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018)**

IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e

V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação:

a) na hipótese de reincidência na ocorrência de que trata o inciso III, após o cumprimento da suspensão prevista no inciso IV; e

b) na ocorrência de dez incidências consecutivas ou concomitantes no cometimento dos motivos ensejadores da suspensão de que trata a alínea "b" do inciso II, dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 1º As suspensões a que se referem os incisos II, III e IV deste artigo serão mantidas, independentemente da expiração do prazo estabelecido, até a conclusão da análise da Dirben sobre a manifestação apresentada pela instituição financeira de cada situação que deu causa à sanção.



§ 2º A Dirben poderá, sempre que tomar ciência de atos lesivos ao beneficiário ou à imagem do INSS, inclusive com publicidade enganosa ou abusiva, suspender o recebimento de novas averbações da instituição financeira até que esta apresente as informações conclusivas que justifiquem ou contradigam tais atos.

§ 3º No caso de publicidade enganosa ou abusiva comprovada, a instituição financeira deverá se retratar ou corrigir a informação divulgada no mesmo veículo de comunicação então utilizado e, no mínimo, com igual espaço e destaque.

§ 4º Considera-se prática lesiva ao beneficiário, para os fins previstos no inciso I, "a" e "b" do caput, a conduta da instituição financeira que, violando preceito normativo, cause dano, de qualquer espécie material ou moral ao beneficiário. **(Incluído pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018).**"

04. Todavia, não obstante haver, de fato, decisão transitada em julgado condenatória em face do CETELEM, certo é que o r. *decisum* possui equívocos, evidenciados pela aparente falta de conhecimento técnico acerca do produto.

II – OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

ATO NORMATIVO NÃO PODE IMPOR SANÇÕES

05. Antes de adentrar no mérito da notificação, indispensável destacar que o ofício ora rebatido é fundamentado em eventual ato lesivo praticado pelo CETELEM, o que justificaria, segundo narra esta Autarquia Federal, a aplicação das **sancões previstas no art. 52 da Instrução Normativa nº 28/2008**, notadamente aquela insculpida em seu inciso I, b.¹

06. Em outras palavras, o suposto respaldo legal de eventual penalidade a ser imposta a instituição financeira é uma Instrução Normativa, **e não uma lei**.

07. Tal pretensão, diga-se desde já, viola frontalmente o **princípio da legalidade** consagrado em nosso direito administrativo e amplamente presente no ordenamento jurídico, **o qual veda qualquer função estatal punitiva que não tenha respaldo na lei**. Isto porque, como cediço, à autoridade administrativa não é permitido tipificar comportamentos praticados

¹ Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela Dirben, nos casos de:

(...)

b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS;



pelos administrados como geradores de infração, eis que somente a lei em sentido formal pode fazê-lo.

08. No caso da notificação ora rebatida, entretanto, a penalidade que supostamente pretende impor o INSS à instituição financeira está prevista única e exclusivamente na já mencionada Instrução Normativa nº 28/2008, em total violação ao princípio constitucional da legalidade, o qual, repita-se, determina que imposições de medidas punitivas pressupõem **prévia tipificação legal**.

09. Trata-se de princípio basilar em nosso Direito, consagrado pelos artigos 5º, II, e 37, caput da Constituição Federal. A esse respeito, oportuna a lição do professor Celso Antônio Bandeira de Mello, *in verbis*:

“(...) consagra-se, em nosso Direito Constitucional, a aplicação plena, cabal, do chamado princípio da legalidade, tomado em sua verdadeira e completa extensão. Em consequência, pode-se, com Pontes de Miranda, afirmar: "Onde se estabelecem, alteram ou extinguem direitos, não há regulamentos - há abuso de poder regulamentar, invasão de competência legislativa. O regulamento não é mais do que auxiliar das leis, auxiliar que sói pretender, não raro, o lugar delas, mas sem que possa, com tal desenvoltura, justificar-se e lograr que o elevem à categoria de lei.”²

10. Conquanto estejam inseridos no capítulo referente a regulamentos, o próprio doutrinador esclarece que *"tudo quanto se disse a respeito do regulamento e de seus limites aplica-se, ainda com maior razão, a instruções, portarias, resoluções, regimentos ou quaisquer outros atos gerais do Executivo. É que, na pirâmide jurídica, alojam-se em nível inferior ao próprio regulamento. Enquanto este é ato do Chefe do Poder Executivo, os demais assistem a autoridades de escalão mais baixo e, de conseguinte, investidas de poderes menores"*.³

11. Com efeito, uma coisa é a Instrução Normativa estabelecer dosimetria de penas já previstas em lei; tal pretensão é absolutamente legal, eis que apenas regulamentam - **e não criam** – sanções já constantes em lei. Outra situação completamente distinta é a pretensão da Instrução Normativa nº 28/2008 que serve de base para a presente notificação, a qual estabelece pena não constante no ordenamento jurídico, especialmente na Lei 10.820/2003⁴.

12. A corroborar, valiosa a transcrição do seguinte trecho do voto de lavra do Exmo. Min. Celso de Mello, que, ao analisar a questão, assim se pronunciou, em textual:

² In Curso de Direito Administrativo, 14ª ed., Malheiros, São Paulo, 2002, p.43.

³ In Curso de Direito Administrativo, 14ª ed., Malheiros, São Paulo, 2002, p.331.

⁴ Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.



“(…) a reserva de lei em sentido formal qualifica-se como instrumento constitucional de preservação da integridade de direitos e garantias fundamentais. - O princípio da reserva de lei atua como expressiva limitação constitucional ao poder do Estado, cuja competência regulamentar, por tal razão, não se reveste de suficiente idoneidade jurídica que lhe permita restringir direitos ou criar obrigações. Nenhum ato regulamentar pode criar obrigações ou restringir direitos, sob pena de incidir em domínio constitucionalmente reservado ao âmbito de atuação material da lei em sentido formal. - O abuso de poder regulamentar, especialmente nos casos em que o Estado atua "contra legem" ou "praeter legem", não só expõe o ato transgressor ao controle jurisdicional, mas viabiliza, até mesmo, tal a gravidade desse comportamento governamental, o exercício, pelo Congresso Nacional, da competência extraordinária que lhe confere o art. 49, inciso V, da Constituição da República e que lhe permite "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar".⁵

13. Resumindo, não é admissível que a Administração Pública, sob o pretexto de expungir supostos atos lesivos afaste-se de comandos constitucionais e legais, sobretudo do princípio da legalidade, estabelecendo sanções e penalidades em flagrante desrespeito não só a lei, mas também ao texto constitucional.

III – OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA TIPICIDADE

SANÇÕES NÃO PREVISTAS EM LEI

14. Consequência lógica da ausência de lei que preveja as penalidades pretendidas pela Autarquia Federal é a violação ao **princípio da tipicidade**. Isto porque, basta a leitura do ofício ora respondido para notar que em nenhum momento é mencionado o dispositivo legal supostamente infringido, uma vez que o mero ato normativo expedido pelo próprio INSS (Administração Pública) não tem o condão de impor obrigações, tampouco descrever comportamentos típicos e prever a aplicação de penalidades.

15. É este, aliás, o entendimento pacífico da jurisprudência de nossos tribunais, conforme os seguintes julgados abaixo reproduzidos, *em verbis*:

“ADMINISTRATIVO. IBAMA. MULTA ADMINISTRATIVA. AUTO DE INFRAÇÃO. FUNDAMENTO EM MERA PORTARIA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. CONFIGURAÇÃO. - **Não se prestigia, em nosso ordenamento jurídico, qualquer função estatal punitiva que não tenha respaldo na lei. À autoridade administrativa não é permitido tipificar**

⁵ STF - AC 1033 AgR-QO, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 25/05/2006, DJ 16-06-2006 PP-00004 EMENT VOL-02237-01 PP-00021 LEXSTF v. 28, n. 331, 2006, p. 5-26.



comportamentos praticados pelos administrados como geradores de infração, sendo certo que somente a lei em sentido formal pode fazê-lo. - No Estado de Direito, a imposição de medidas punitivas pressupõe prévia tipificação legal da conduta contrária à ordem jurídica, em observância ao Princípio Constitucional da Legalidade. - O auto de infração foi lavrado com fundamento na Portaria nº 267/88. Todavia, é certo que a peça de autuação deveria indicar a disposição legal infringida, uma vez que mero ato normativo expedido pelos órgãos da Administração Pública não tem o condão de impor obrigações, tampouco descrever comportamentos típicos e prever a aplicação de penalidades, sob pena de afronta ao Princípio da Legalidade. - Remessa improvida”.⁶

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO MPF. INSS. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 118/05. PREVISÃO DE HIPÓTESE DE SUSPENSÃO AUTOMÁTICA DOS EFEITOS DE ACÓRDÃOS PROFERIDOS POR ÓRGÃOS JULGADORES ADMINISTRATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PELO ATO ADMINISTRATIVO NORMATIVO. CONTRARIEDADE À DISPOSIÇÃO DO ART. 61 DA LEI Nº 9.784/99. ABRANGÊNCIA NACIONAL DOS EFEITOS DA DECISÃO. NATUREZA DOS DIREITOS TUTELADOS E INDIVISIBILIDADE DO OBJETO. MULTA COMINATÓRIA CONTRA ENTIDADE PÚBLICA. POSSIBILIDADE. 1. Cuida-se de ação civil pública ajuizada pelo MPF visando afastar os arts. 497, "b", e 499, § 3º, da IN nº 118/05, os quais concedem efeito suspensivo automático aos recursos da autarquia contra decisões de segunda instância administrativa, em virtude da não apreciação do pedido de suspensão do julgado no prazo de 30 dias. 2. Ante a inequívoca natureza difusa dos direitos tutelados na presente via, revela-se inegável a legitimidade ad causam do órgão ministerial federal. Preliminar rejeitada. 3. O ato administrativo normativo editado pelo INSS, como todo ato desta espécie, deve guardar estrita observância à lei, sobretudo em razão de sua destinação precípua, objetivando garantir a correta execução dos diplomas legais nos quais se fundamenta e de assegurar uma atuação uniforme da Administração Pública em face dos administrados. 4. Os dispositivos impugnados da instrução normativa, não encontram amparo legal na legislação, violando de forma manifesta o princípio da legalidade. Ademais, infringem frontalmente o comando inserto no art. 61 da Lei nº 9.784/99, o qual, além de estabelecer como regra a inexistência de efeito suspensivo dos recursos, sujeita eventual

⁶ TRF-2 - REO: 332807 ES 1999.50.01.000588-5, Relator: Desembargador Federal RICARDO REGUEIRA, Data de Julgamento: 06/12/2006, SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data::15/01/2007 - Página::182.



atribuição do sobredito efeito à concreta verificação de "receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução" do julgado, a ser realizada pela "autoridade recorrida ou a imediatamente superior". 5. Diante da natureza dos interesses que se busca resguardar na presente demanda e da indivisibilidade de seu objeto, bem como considerando-se a finalidade de criação das ações coletivas, deve a decisão judicial produzir efeitos em todo o território nacional. Precedentes. 6. Inexistência de óbice à imposição de multa cominatória a pessoa jurídica de direito público. Prazo para cumprimento da decisão e valor da multa razoáveis. Precedente".⁷

16. Conforme anteriormente exposto, o ato normativo não pode criar medidas punitivas, mas tão somente regulamentar sanções já expressamente previstas em lei, tais como prever atenuantes, agravantes, dosimetrias e outras medidas acessórias. O ato normativo em questão, entretanto, pretende ir além, o que é vedado pelo nosso ordenamento jurídico.

III – AUSÊNCIA DE ATO LESIVO A JUSTIFICAR APLICAÇÃO DE PENALIDADES

17. Ainda que sejam superados os óbices formais suscitados acima, o que se admite apenas em atenção ao princípio da eventualidade, mesmo assim não é cabível a aplicação de qualquer penalidade ao CETELEM. Explica-se:

18. Pela leitura do ofício encaminhado percebe-se que o fato gerador da notificação ora rebatida é a sentença transitada em julgado oriunda do processo nº 0707199-27.2018.8.07.0003, ajuizado pela Sra. Silvia Maria da Conceição Silva, que tramitou perante o 1º Juizado Cível e Criminal de Ceilândia/DF.

19. Dessa forma, diante de uma possível interpretação do INSS neste sentido, seria cabível a aplicação da penalidade prevista no art. 52, I, b, a qual prevê a “*suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela Dirben, **nos casos de sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva** ao beneficiário ou ao INSS.*”

20. Aqui é essencial esclarecer que, para fins de caracterização de **prática lesiva** a justificar a incidência da sanção, o próprio § 4º do mesmo art. 52 define como sendo “a conduta

⁷ TRF-3 - AC - APELAÇÃO CÍVEL - 1233692 0002058-62.2006.4.03.6105, DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN MAIA, TRF3 - SEXTA TURMA, e-DJF3 Judicial 1 DATA:17/11/2011.



da instituição financeira que, violando preceito normativo, cause dano, de qualquer espécie material ou moral ao beneficiário".⁸

21. Ou seja, para ficar configurada a prática lesiva para fins de aplicação da pena mencionada pela Autarquia Federal é indispensável que tenha ocorrido dano material ou moral. Neste ponto, não há margens para dúvidas ou interpretações.

22. Ocorre que, não obstante a ação judicial ter sido julgada parcialmente procedente, **a Turma Recursal do TJ/DF afastou qualquer tipo de indenização ao Autor, seja de ordem material ou moral.** Em outras palavras, o entendimento do Tribunal foi de que o beneficiário **não sofreu qualquer prejuízo**, de modo que, pelos exatos termos da Instrução Normativa nº 28/2008, não há que se falar em prática lesiva perpetrada pela instituição financeira.

23. Para dirimir quaisquer dúvidas que ainda possam pairar, permita-se, por oportuno, a transcrição dos seguintes trechos do voto do relator, em textual:

"6. **No que tange ao pleito de restituição em dobro** dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), **tenho que o mesmo não merece acolhida**, pois serviram de pagamento a empréstimo efetivamente utilizado pela autora. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento se causa.

7. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte da autora, que recebeu o valor emprestado pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pela consumidora, da diferença, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração, em definitivo, de nulidade do contrato e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco (ID 5628912, p. 2), na forma simples. Precedentes das Turmas Recursais.

8. **Por outro lado, o valor pago a maior pela consumidora, se houver, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.**

9. **Os fatos narrados na demanda em análise, por si só**, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, **não tem o condão de gerar ao contratante danos morais**".

⁸ § 4º Considera-se prática lesiva ao beneficiário, para os fins previstos no inciso I, "a" e "b" do caput, a conduta da instituição financeira que, violando preceito normativo, cause dano, de qualquer espécie material ou moral ao beneficiário.



24. Ora, se não houve condenação ao pagamento de indenizações de cunho material ou moral, consequentemente não houve a prática lesiva. Logo, inviável a aplicação de penalidades em desfavor do CETELEM.

IV – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO:

IV.A - ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS DO PRODUTO E O EQUÍVOCO DO TJ/DF

25. Adentrando um pouco mais no mérito da questão de fundo da notificação objeto da presente defesa, o CETELEM tece agora breves considerações acerca do produto “cartão de crédito consignado”, especialmente as distinções em relação ao “empréstimo consignado”, situações não verificadas pelo magistrado responsável pela ação judicial, talvez por certo desconhecimento técnico.

26. O cartão de crédito consignado – tal como qualquer outro cartão de crédito⁹ – tem duas finalidades: (i) instrumento de meio de pagamento para uso regular em compras e (ii) obtenção de saque, seja ele autorizado (no ato da contratação) ou complementar (posterior a contratação do cartão).

27. Nesta perspectiva, o cartão de crédito consignado consiste em um serviço financeiro, tendo como diferencial em relação aos demais cartões de crédito existentes no mercado, a possibilidade legal de o valor mínimo da fatura ser descontado mensalmente na folha de pagamento do contratante.

28. Além disso, deve ser esclarecido que, além do pagamento mínimo da fatura que ocorre todo mês através dos descontos diretamente em contracheque, ao contratante é facultado o pagamento parcial ou integral das faturas enviadas a sua residência ou emitidas via e-mail ou SMS. Uma vez não sendo realizado o pagamento da fatura em sua integralidade, haverá a incidência de encargos do cartão de crédito, conforme disciplina o Banco Central.

29. Por essa razão, o cartão tem como vantagem a utilização de crédito com taxas de juros menores que as praticadas no mercado, uma vez que existe a garantia da consignação do valor mínimo da fatura em folha de pagamento.

⁹ Comentando o cartão de crédito genérico: “com o intuito de atender às necessidades de financiamento do consumidor e, ao mesmo tempo, de garantir ao fornecedor um reembolso seguro, surgiu o cartão de crédito, que, materialmente, constitui uma pequena peça de matéria plástica, contendo o nome do emissor, o número em código do portador, a data da emissão, o período de validade, o nome e a assinatura do portador, encerrando, porém, formalmente, um feixe de contratos, conforme veremos adiante. O cartão, que identifica o portador, habilita-o a adquirir bens e serviços, para pagamento posterior a ser efetuado por terceiro. A essas comodidades acrescentaram-se ultimamente as de retirar fundos em bancos e o gozo de um seguro de vida pelo portador.” ABRÃO, Nelson. Direito Bancário. Ed. Saraiva. 12ª Edição. Pag. 189.



30. No que diz respeito à taxa de juros, deve ser esclarecido que nas normas legais que regem o cartão de crédito consignado não se verifica qualquer limitação ao percentual que possa ser cobrado pelo CETELEM. Apenas a título de curiosidade, temos que no âmbito federal, especificamente para aposentados e pensionistas do INSS, a Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, limita a taxa de juros no cartão de crédito a 3,06% (três vírgula zero seis por cento)¹⁰.

31. Ademais, apenas a título de esclarecimento, o objetivo do empréstimo é a obtenção de um crédito a ser pago em prestações fixas e sucessivas, enquanto no cartão de crédito, o objetivo é a sua utilização em compras, bem como o uso para saque autorizado ou complementar, onde o valor da fatura dependerá exclusivamente da utilização do cartão dentro destas possibilidades.¹¹

32. Assim, no empréstimo a quantidade de parcelas, assim como o valor de cada uma delas, é fixo e de ciência do consumidor desde o início da contratação. Além disso, as prestações possuem um prazo determinado de início e fim.

33. No cartão de crédito, de forma diversa, o valor da cobrança dependerá do valor das compras realizadas com o cartão plástico e sua utilização para saque, seja ele autorizado ou complementar, assim como também da forma de quitação da dívida, já que é facultado ao consumidor a complementação do pagamento através de faturas. Resumindo, não é possível definir o número de parcelas a serem pagas a título de utilização do cartão de crédito.

34. Feitos esses breves, porém essenciais esclarecimentos, fica simples perceber os equívocos do acórdão proferido pelo TJ/DF. Afinal, o único argumento utilizado para condenar esta instituição financeira, ainda que parcialmente, foi de que *“não consta o valor e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo.”*

35. Ora, conforme explicitado acima, em razão da própria natureza do produto, é impossível definir o número de parcelas a serem pagas a título de utilização do cartão de

¹⁰ Art. 16. Nas operações de cartão de crédito serão considerados, observado, no que couber, o disposto no art. 58 desta Instrução Normativa: (...)

III - a taxa de juros não poderá ser superior a 3,06% (três vírgula zero seis por cento) ao mês, de forma que expresse o custo efetivo;

¹¹ “A operação de cartão de crédito consignado difere do empréstimo consignado. Por expressa disposição contratual, o titular autoriza o banco a deduzir, quando do recebimento da sua remuneração, na folha de pagamento, a quantia correspondente ao pagamento mínimo da fatura, a qual é repassada pelo órgão pagador do contratante à administradora do cartão de crédito. O restante da fatura deve ser pago voluntariamente, na data do vencimento, sob pena da administradora ficar autorizada a financiar o saldo devedor remanescente. A partir daí, esse saldo devedor fica sujeito ao referido desconto mínimo mensal, feito diretamente na conta do beneficiário por ocasião do pagamento pelo seu órgão pagador, até que haja a quitação da dívida.” (TJ/MA - Apelação nº 0595012013 - Segunda Câmara Cível. Rel. Des. Marcelo Carvalho Silva. Julgado em 25/03/2014).



crédito, de modo que, ao que tudo indica, o magistrado valeu-se de uma interpretação relativa ao empréstimo consignado, modalidade distinta, na qual as parcelas devem ser fixas e de conhecimento do contratante.

36. No cartão de crédito consignado, entretanto, não há como estabelecer o número de parcelas previamente conforme argumentou o d. Magistrado responsável pelo processo judicial, pois, caso o beneficiário quite integralmente a fatura mensal com o valor utilizado, não haverá que se falar em parcelas remanescentes.

37. Diversamente, para a hipótese de o consumidor pagar apenas o valor mínimo da fatura, naturalmente ele entrará no rotativo do cartão. Como é de conhecimento geral e do cidadão comum, a utilização do cartão para compras ou saque são características inerentes a todas as modalidades de cartão de crédito (convencional ou consignado), de forma que, se o consumidor não quitar o valor integral da fatura, optando apenas pelo pagamento mínimo, o saldo devedor remanescente será refinanciado na modalidade rotativa, com a incidência dos demais encargos autorizados pelo Banco Central.

38. No que tange especificamente à contratação pela Sra. Silvia, Autora da ação judicial que deu causa a instauração do procedimento administrativo, a beneficiária tinha pleno conhecimento dos valores relativos ao pagamento mínimo do seu cartão, conforme comprovam as faturas anexas (**doc. 03**). Ademais, recentemente o CETELEM aprimorou e implementou melhorias na formatação do documento, a fim de que não haja quaisquer margens para dúvidas na visualização do documento (**doc.04** - ver tópico a seguir).

39. Como se todas essas providências não fossem suficientes, o próprio contrato celebrado entre a instituição financeira e a beneficiária é cristalino ao disciplinar acerca das consequências do não pagamento do valor mínimo da fatura.¹² Ou seja, o valor mínimo não é o valor total da fatura, quantia esta que é claramente destacada ao apartado no próprio documento, de modo que não é plausível o erro ou equivocada interpretação dada pelo juiz ao caso concreto.

40. Aliás, toda essa dinâmica própria do cartão de crédito consignado (e suas peculiaridades) foi disciplinada por meio da Instrução Normativa nº 100/2018, especialmente o art. 21-A. Apenas a título ilustrativo, destacamos os seguintes trechos:

¹² “9.5 Se você não realizar ou atrasar o PAGAMENTO MÍNIMO do saldo devedor ou integral, conforme o caso será automaticamente financiado por nós. Os ENCARGOS DE FINANCIAMENTO serão aqueles vigentes no dia do vencimento da FATURA. (doc.05)



c) "A diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo (nome da instituição financeira), já que, caso a fatura não seja integralmente paga até a data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura"; (**Nova redação dada pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018**)

d) "Declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores"; (**Nova redação dada pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018**)

e) "Estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional"; (**Incluído pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018**)

f) "Sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até (número de meses), contados a partir da data do primeiro desconto em folha, desde que:

41. Por todas essas razões, e pela própria natureza do cartão de crédito consignado, é impossível para a instituição financeira definir, no momento da contratação, as informações assinaladas pelo magistrado. Ao que tudo indica, porém, o TJ/DF não se atentou para as particularidades de cada produto, o que resultou no incorreto entendimento do magistrado.

IV.B – A PROVA CABAL DE QUE A AUTORA DA AÇÃO JUDICIAL RECEBEU O CARTÃO DE CRÉDITO EM SUA RESIDÊNCIA

42. Ainda que não seja o propósito da instituição financeira reviver com a presente manifestação as teses defensivas apresentadas no curso da ação judicial, não pode o Cetelem se furtar em trazer à conhecimento dessa Autarquia Federal o comprovante de recebimento, pela Autora daquele processo, do AR no qual a Sr. Silvia recebeu o cartão de crédito consignado.

08 / 11 / 2016

SILVIA MARIA DA C SILVA

QNM - C

C/MULTI

CELANDIA NORTE

(CELANDIA

BRASILIA

PROTOKOLO DE RECEBIMENTO - PR

Vanderlei G. S. 722164071

RG 251680-9823755- DF

Encomenda Rastreada

0124 0743 001

BRASILIA - DF

Status Visão

3 - End. Insuficiente

4 - End. Desconhecido

5 - Recusado

6 - Mudou-se

9 - Recusado Post/Sind

10 - No Inexistente

12 - Falecido

14 - Postado

15 - CEP Errado

16 - Área de Risco

19 - Dist. desc. endereço

20 - Encomenda Danificada

22 - Zona Rural

Nome do receptor: Silvia Maria da C. Silva

Recebido em: 28/11/16

Nº Identidade: 251680-9823755- DF

Assinatura: Vanderlei G. S.

1a Visita: Data: 28/11/16 Hora: 11:16

2a Visita: Data: 28/11/16 Hora: 11:16

3a Visita: Data: 28/11/16 Hora: 11:16

4a Visita: Data: 28/11/16 Hora: 11:16

☒ Ausente ☐ Ausente ☐ Ausente ☐ Ausente

CM44465313701100081116E1

Contrato de financiamento CETELEM em vigor (Registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 5.131.4953)

9126517N800 0017



43. O que se comprova, portanto, é que **a Sra. Silvia, autora da ação judicial, tinha pleno conhecimento de que a contratação realizada era de um cartão de crédito consignado e não um simples empréstimo.**

44. Assim, diversamente do que consignou o v. acórdão que embasa a notificação ora rebatida, está devidamente comprovado que a beneficiária recebeu, em sua residência, o cartão de crédito que supostamente alega desconhecer.

45. Por mais esse motivo, deve ser afastada qualquer penalidade ao Cetelem.

V – A CORREÇÃO DA CONDUTA DO CETELEM E AS DIVERSAS MELHORIAS PROMOVIDAS NO PRODUTO

46. O atendimento ao cliente e a clareza das informações inerentes a contratação do cartão de crédito consignado são sempre preocupações presentes da instituição financeira quando do fornecimento do produto aos seus clientes, ainda que tais serviços sejam ofertados por correspondentes cadastrados (**doc.06**).

47. Apesar de todo o esforço, a instituição financeira possui consciência de que sempre é possível buscar novas soluções e melhorias nos seus produtos ofertados, incluído, naturalmente, o cartão de crédito consignado. No caso concreto que resultou na instauração do presente procedimento administrativo, por exemplo, o CETELEM já adotou as providências necessárias junto ao correspondente responsável pela venda. Com efeito, nos instrumentos contratuais firmados com esses profissionais há clara previsão de penalidades em caso de descumprimento das regras e procedimentos divulgados pelo banco¹³.

48. Além disso, o CETELEM aprimora constantemente o alinhamento perante seus correspondentes bancários, para que estes venham a prestar informações mais precisas possíveis aos seus clientes, sempre aplicando as penalidades contratuais cabíveis perante tais correspondentes quando necessário.

49. Dentre as medidas que já foram implementadas ou estão curso de serem adotadas, é possível destacar as seguintes:

- (i) Aperfeiçoamento da proposta de adesão ao cartão para inserir a imagem do cartão de crédito ao lado do campo de assinatura do cliente, para que seja garantida a clara e correta informação do produto contratado pelo consumidor (**doc.07**);

¹³ Cf. Cláusula 7. PENALIDADES (doc.09)



(ii) Implementação de ferramenta que permitirá o acompanhamento de todo o ciclo de vida de contratação do cartão de crédito, ou seja, serão disparados SMSs aos clientes comunicando a aprovação do cartão, a emissão, o recebimento e o desbloqueio, de modo que o cliente acompanhará todo o processo de contratação; e

(iii) Implementação do Termo de Consentimento ao Cartão Consignado antes mesmo de sua formalização se tornar obrigatória por meio da Instrução Normativa nº 100/2018 (**doc.08**).

(iv) Implantação do plano de controle de qualidade com fluxo de penalidades aos correspondentes caso não sejam observadas todas as regras previamente estabelecidas pelo CETELEM; documento no qual é detalhado todo o procedimento, monitoramento e aplicação das sanções dos principais processos relacionados aos produtos com pagamento mediante consignação em pagamento (empréstimo e cartão);

(v) Aprimoramento do fluxo de contratação via *whatsapp*, de forma que o passo a passo da contratação seja ainda mais claro e eficiente para as partes envolvidas.

50. Essas são provas cabais do comprometimento do CETELEM com os produtos que são ofertados aos seus clientes, de modo não se justifica a aplicação da penalidade pretendida por essa Autarquia Federal.

VI – NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE

51. Caso sejam superados todos os argumentos acima suscitados, o que de fato não se espera, requer o CETELEM, ao menos, que sejam observados os **princípios da proporcionalidade e razoabilidade** na aplicação das possíveis penas à instituição financeira.



52. Com efeito, para aferição da pena a ser aplicada a Administração Pública devem sempre observar relevantes critérios de graduação previstos em nosso ordenamento jurídico, notadamente **(i)** a gravidade da infração e **(ii)** a vantagem econômica auferida.¹⁴

53. A gravidade da infração cometida é critério submetido à análise objetiva, sujeita à comparação baseada nas regras de experiência, no bom senso e na própria razão. Assim, não há como deixar de se reconhecer que a alegada conduta do CETELEM seria, no máximo, de **natureza leve**.

54. Tal conclusão é irrefutável, bastando recordar que a sentença que transitou em julgado afastou o pedido de condenação por supostos danos morais, forte no argumento de que **“os fatos narrados na demanda em análise, por si só não tem o condão de gerar ao contratante danos morais”**.

55. Da mesma forma **inexistiu qualquer vantagem econômica** ao CETELEM por contas dos fatos narrados na mencionada ação judicial, eis que, conforme já mencionado na presente peça de defesa, a Turma Recursal do TJ/DF negou igualmente o pedido de condenação por danos materiais, autorizando apenas a devolução simples dos valores.

56. Ademais, deve-se atentar que o presente procedimento administrativo foi instaurado em razão de **uma única ação judicial. Apenas para se ter uma ideia da qualidade dos serviços prestados pelo CETELEM, 99,3% dos contratos celebrados que versam sobre cartão de crédito consignado não são contestados judicialmente.**

57. Diante do exposto, considerando que os atos praticados, ainda que eventualmente sejam considerados violadores de dispositivos legais, (i) não possuem gravidade ou não proporcionaram vantagem econômica à instituição financeira; (ii) a ação judicial que resultou no presente ofício representa uma fração ínfima frente ao tamanho da carteira de cartões consignados administrada pelo CETELEM, (iii) e todas as medidas que estão sendo implementadas pela instituição financeira para o aprimoramento do seu produto, **não é razoável ou proporcional qualquer aplicação de penalidade que implique em suspensão do recebimento de novas consignações ou retenção, por quaisquer prazos.**

¹⁴ “A autoridade competente para aplicá-la deve, obrigatoriamente, graduá-la em obediência a tríplex critério: I) A avaliação da gravidade de uma infração é operação eminentemente subjetiva e nela realça a natureza do direito do consumidor lesado pela infração cometida pelo fornecedor. Nessa ótica, a ameaça à vida ou à saúde do consumidor sugere sanção mais pesada do que aquela cujos efeitos negativos sejam exclusivamente pecuniários. II) A vantagem auferida pelo consumidor mediante a violação de norma deste Código. Temos como certo que essa vantagem será de caráter econômico. Quanto maior essa vantagem, maior há de ser a multa. III) Na imposição da multa, o agente do poder público atentará para a condição econômica do fornecedor.” (SAAD, Eduardo Gabriel - Comentários ao Código de Defesa do Consumidor, LTR, 4ª ed., SP, 1999, pg. 510).



cetelem

GRUPO BNP PARIBAS


VII - CONCLUSÃO

58. Diante do exposto, requer o CETELEM o arquivamento do presente procedimento administrativo, vez que ausentes os pressupostos do art. 52 da IN nº 28/2008. Subsidiariamente, caso assim não se entenda, requer a instituição financeira que seja observado o princípio da proporcionalidade e razoabilidade na aplicação de eventual penalidade.

59. Nesta última hipótese, requer o CETELEM, desde já, que eventual penalidade não seja implementada até o julgamento do último recurso previsto pela Instrução Normativa nº 100/2018, tudo em observância da segurança jurídica e do devido processo legal.

Nestes termos,
p. deferimento.

São Paulo, 03 de abril de 2019.


Guilherme Farias Mendes
OAB/SP nº 355.626

Fernando Lima Gurgel de Lima
OAB/SP nº 296.610-A



DOC.01



BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2018**

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 05 de junho de 2018, às 9:00 horas, na sede social do Banco Cetelem S.A., na Alameda Rio Negro, 161, 17º andar, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-000.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação prévia em razão da presença da única acionista, conforme disposição do §4º, do art. 124 da Lei 6.404/76.

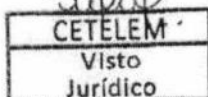
PRESENÇA: Acionista da sociedade representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no "Livro de Presença de Acionistas".

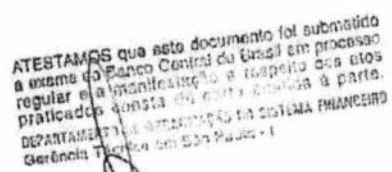
MESA: **Presidente:** Antônio Nuno Henriques Cardoso Verças e **Secretária:** Vanessa Alessi Manzi Binder.

ORDEM DO DIA: (a) ampliar o número de cargos da Diretoria, mediante a criação de 1 (um) novo cargo de Diretor Vice-Presidente e 2 (dois) novos cargos de Diretor sem designação especial, com a consequente modificação do Artigo 8º, *caput* do Estatuto Social; (b) aperfeiçoar a redação do parágrafo 1º do Artigo 8º do Estatuto Social; (c) aperfeiçoar a redação dos Artigos 14, 15 e 18 do Estatuto Social; (d) alterar as regras de representação da Sociedade, com a consequente modificação do Artigo 16 do Estatuto Social; (e) alterar as regras de outorga de procuração pela Sociedade, com a consequente modificação do Artigo 17 do Estatuto Social; (f) ampliar o número de cargos do Comitê de Auditoria, mediante a criação de 3 (três) novos cargos, com a consequente alteração do parágrafo 1º do Artigo 22 do Estatuto Social; e (g) consolidar o Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES: foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia:

(a) ampliação do número de cargos da Diretoria, mediante a criação de 1 (um) novo cargo de Diretor Vice-Presidente e 2 (dois) novos cargos de Diretor sem designação





MARCIA KESCHENKURZ
ANALISTA



especial. Em vista da referida deliberação, o *caput* do artigo 8º passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 8º - A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, de 10 (dez) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 Diretor Presidente, 2 Diretores Vice-Presidentes e os demais designados Diretores, sem designação especial.”

(b) o aperfeiçoamento da redação do parágrafo 1º, do Artigo 8º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 8º

Parágrafo 1º - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data da posse da nova Diretoria, que ocorrerá após aprovação do Banco Central do Brasil.”

(c) o aperfeiçoamento da redação dos Artigos 14, 15 e 18 do Estatuto Social, tendo em vista a criação de 1 (um) novo cargo de Diretor Vice-Presidente, os quais passam a vigorar com as seguintes redações:

“Artigo 14 - Compete aos Diretores Vice-Presidentes:

- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos.”

“Artigo 15 - Compete aos Diretores sem designação especial:

- a) auxiliar o Diretor Presidente ou os Diretores Vice-Presidentes na administração geral dos negócios sociais;
- b) incumbir-se das tarefas que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente ou Diretores Vice-Presidentes.”

“Artigo 18 - Para alienar, ceder, hipotecar, permutar ou onerar os bens da Sociedade, a Sociedade será representada por 2 (dois) Diretores, sendo obrigatória a presença do Diretor Presidente ou de um dos Diretores Vice-Presidentes.”



923010
81 80 80



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
preliminares consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE REGISTRAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência de Registro em São Paulo - I

Márcia M. de Freitas
ANALISTA



(d) a alteração das regras de representação da Sociedade, com a consequente modificação do Artigo 16 do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 16 - A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura:

- a) do Diretor Presidente isoladamente;*
- b) de 2 (dois) Diretores Vice-Presidentes em conjunto;*
- c) de 1 (um) Diretor Vice-Presidente e 1 (um) Diretor sem designação especial em conjunto;*
- d) de 2 (dois) Diretores sem designação especial em conjunto;*
- e) de 2 (dois) procuradores em conjunto, observado o Artigo 17 do Estatuto Social.*

(e) a alteração das regras de outorga de procuração pela Sociedade, com a consequente modificação do Artigo 17 do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 17 - As procurações serão outorgadas exclusivamente pelo Diretor Presidente em nome da Sociedade e deverão especificar os poderes conferidos para assinatura em conjunto de 2 (dois) procuradores, com expressos e específicos poderes, bem como, conter prazo de validade definido, exceto as procurações que conferem poderes “ad-judicia.”

(f) a ampliação do número de cargos do Comitê de Auditoria, mediante a criação de 3 (três) novos cargos, passando o número máximo de membros do referido órgão de 5 (cinco) para 8 (oito), com a consequente alteração do parágrafo 1º do Artigo 22 do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 22

Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo, 08 (oito) membros, eleitos pela Assembleia Geral dentre os Diretores da Sociedade, devendo pelo menos um deles possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, designado Especialista.”

(g) a consolidação do Estatuto Social da Sociedade, que passa a fazer parte integrante desta Ata, para os fins e efeitos legais, como Anexo I.



Handwritten signature.

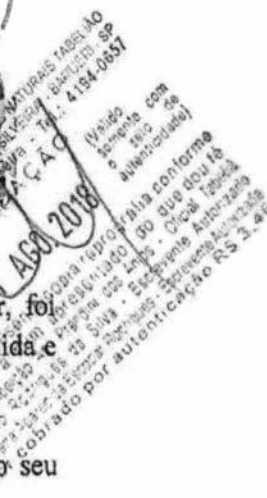
1234567890
01 02 03 04 05 06 07 08 09 10



Colegio Notarial do Brasil
118059
0106 AG 093053
AUTENTICACAO
RUA ELIAS KARES, 113 - JARDIM PAULISTA - SP
Tel: 3194-0857
01/09/2018
Jd. Silveira
Autentico a presente para reprograva conforme o original a mim apresentado do que dou fé
☐ Se for para fins de Arquivamento
☐ Se for para fins de Arquivamento
Valor cobrado por autenticação R\$ 3,40

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do termo anexo à parte.
DEPARTAMENTO DE REGISTRO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Kureki Nakura
ANALISTA

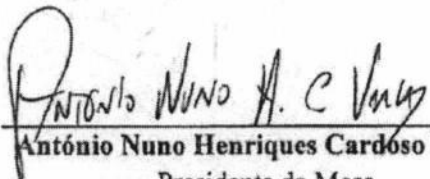


ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

ACIONISTA PRESENTE: Cetelem América Ltda., neste ato representada pelo seu Diretor Vice-Presidente António Nuno Henriques Cardoso Verças.

Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

Barueri (SP), 05 de junho de 2018.


António Nuno Henriques Cardoso Verças
Presidente da Mesa


Vanessa Alessi Manzi Binder
Secretária da Mesa



RECEBUE
01 00 00



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manutenção a respeito dos atos
praticados consta da carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZACAO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerencia Tecnica em São Paulo - I

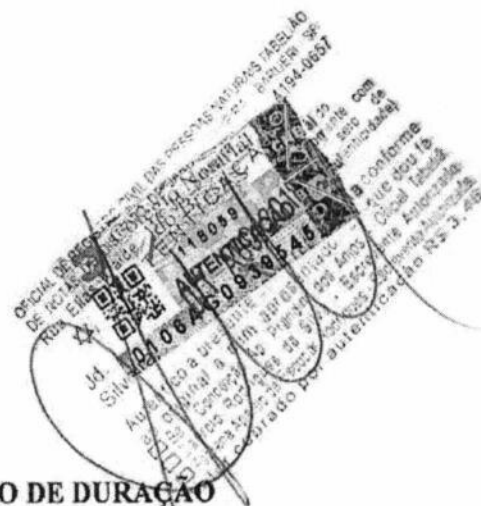
Márcia Regina Itakura
ANALISTA



ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL

BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971



CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - O BANCO CETELEM S.A., é uma Sociedade anônima, que se regerá pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e pelo presente Estatuto Social.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Barueri, estado de São Paulo e, observadas as prescrições legais e regulamentares, poderá abrir e extinguir agências, dependências ou filiais em qualquer ponto do País, por deliberação e critério da Diretoria.

Artigo 3º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

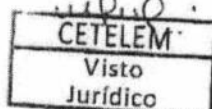
Artigo 4º - A Sociedade tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas - Comercial e de Crédito, Financiamento e Investimento e, ainda, a carteira de Câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 905.165.792,00 (novecentos e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e setecentos e noventa e dois reais), dividido em 905.165.792 (novecentas e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e setecentas e noventa e duas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.



PRODUT
R 20 80



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Kaevo Itakura
ANALISTA



Parágrafo 2º - As ações, indivisíveis perante a Sociedade, não serão representadas por cautelares provisórias ou por certificados, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Sociedade.

Parágrafo 3º - A transferência das ações operar-se-á por termo lavrado no livro de transferência de ações nominativas, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou por seus legítimos representantes ou procuradores.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º - A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses, após o término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses o exigirem, quando convocada pelo Conselho Fiscal, se em funcionamento, ou pelos acionistas na forma da lei.

Parágrafo 1º - Os acionistas poderão participar das Assembleias Gerais por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do acionista e a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida assembleia.

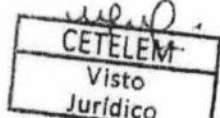
Parágrafo 2º - As deliberações das assembleias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas pelos votos representativos da maioria das ações.

Parágrafo 3º - As atas das reuniões das Assembleias Gerais e as deliberações serão registradas em livro próprio.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - A Sociedade será administrada por uma Diretoria na forma da Lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.



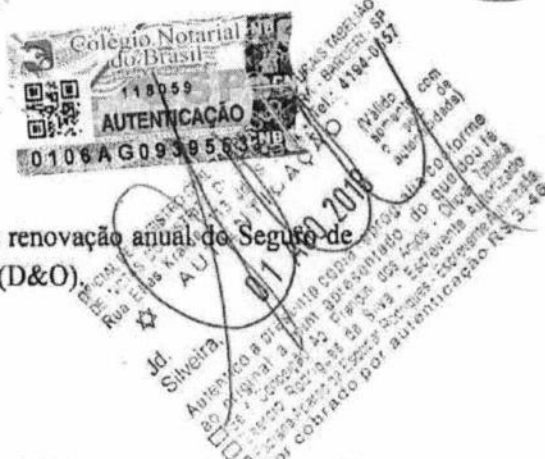
[Handwritten signature]

RECEBUE
21 00 00



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta do carta enviada à parte.
DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Passer Ilakura
ANALISTA



Parágrafo 2º - A Sociedade procederá obrigatoriamente renovação anual de Seguro de Responsabilidade Civil dos Diretores e Administradores (D&O).

CAPÍTULO V DIRETORIA

Artigo 8º - A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, de 10 (dez) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 Diretor Presidente, 2 Diretores Vice-Presidentes e os demais designados Diretores, sem designação especial.

Parágrafo 1º - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data da posse da nova Diretoria, que ocorrerá após aprovação do Banco Central do Brasil.

Parágrafo 2º - Em caso de vaga de qualquer dos cargos de Diretores, ou impedimento do titular, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor, cujo mandato deverá coincidir com o dos demais Diretores.

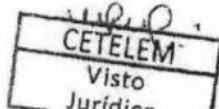
Parágrafo 3º - Nos seus impedimentos, faltas ou ausências temporárias, os Diretores impedidos ou faltantes, indicarão os seus respectivos substitutos, que deverão, necessariamente, serem também Diretores.

Artigo 9º - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a Lei o Estatuto Social lhe conferirem para os atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade.

Artigo 10 - A Diretoria, presidida pelo Diretor Presidente, reunir-se-á sempre que necessário, na Sede da Sociedade e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo a convocação ao próprio Diretor Presidente, que também presidirá a reunião, a quem caberá o voto de qualidade no caso de empate de votação.

Artigo 11 - As atas das reuniões de Diretoria e as deliberações serão registradas em livro próprio.

Artigo 12 - A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Sociedade, e poderá, inclusive, contratar empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar caução e, bem assim, adquirir, alienar, hipotecar e, de qualquer forma, onerar bens imóveis da Sociedade.



PROCESSO
2018.00000



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Kado Itakura
ANALISTA



Artigo 13 - Compete ao Diretor Presidente:

- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos;
- c) criar e suprimir cargos, contratar, promover, suspender, demitir, fixar vencimentos e gratificações e determinar a competência dos funcionários;
- d) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;
- e) cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais.

Artigo 14 - Compete aos Diretores Vice-Presidentes:

- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos.

Artigo 15 - Compete aos Diretores sem designação especial:

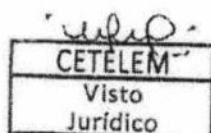
- a) auxiliar o Diretor Presidente ou os Diretores Vice-Presidentes na administração geral dos negócios sociais;
- b) incumbir-se das tarefas que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente ou Diretores Vice-Presidentes.

Artigo 16 - A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura:

- a) do Diretor Presidente isoladamente;
- b) de 2 (dois) Diretores Vice-Presidentes em conjunto;
- c) de 1 (um) Diretor Vice-Presidente e 1 (um) Diretor sem designação especial em conjunto;
- d) de 2 (dois) Diretores sem designação especial em conjunto;
- e) de 2 (dois) procuradores em conjunto, observado o Artigo 17 do Estatuto Social.

Artigo 17 - As procurações serão outorgadas exclusivamente pelo Diretor Presidente em nome da Sociedade e deverão especificar os poderes conferidos para assinatura em conjunto de 2 (dois) procuradores, com expressos e específicos poderes, bem como, conter prazo de validade definido, exceto as procurações que conferem poderes "ad-judicia".

Artigo 18 - Para alienar, ceder, hipotecar, permutar ou onerar os bens da Sociedade, a Sociedade será representada por 2 (dois) Diretores, sendo obrigatória a presença do Diretor Presidente ou de um dos Diretores Vice-Presidentes.



Handwritten signature



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta da carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Mércia Kaevitakura
ANALISTA



Artigo 19 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

Artigo 20 - À Diretoria, nos exatos termos do presente Estatuto Social, compete representar a Sociedade, zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias, organizar e apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta de destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho Fiscal, se em funcionamento.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Artigo 21 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não residentes no País, devendo sua eleição e instalação obedecer aos preceitos da legislação pertinente.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal, quando eleito e instalado, terá a incumbência, atribuída por lei e a remuneração de seus membros efetivos será fixada pela Assembleia Geral que o elegeu, de acordo com a lei.

CAPÍTULO VII COMITÊ DE AUDITORIA

Artigo 22 - O Comitê de Auditoria será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento por parte da Sociedade das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor.

Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 08 (oito) membros, eleitos pela Assembleia Geral dentre os Diretores da Sociedade, devendo pelo menos um deles possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, designado Especialista.

Parágrafo 2º - Os membros eleitos para o Comitê de Auditoria terão mandato por prazo indeterminado.



[Handwritten signature] 9



RECEBUE
01 00 00



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame no Banco Central do Brasil em processo
regulatório e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta da carta emitida a parte.
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Cartão Técnico em São Paulo - I

Márcia Kato Takura
ANALISTA



Parágrafo 3º - A destituição dos membros do Comitê de Auditoria depende de deliberações tomadas pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Os membros do Comitê de Auditoria poderão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do membro, a sua participação efetiva e a autenticidade de sua participação, que será considerada válida para todos os efeitos legais e incorporada à ata da referida reunião.

Parágrafo 5º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria

Artigo 23 - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria:

- I. estabelecer as regras operacionais para o seu funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela Diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas;
- II. recomendar à Diretoria a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- III. revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais da Sociedade, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- IV. avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- V. avaliar o cumprimento, pela Diretoria, das recomendações feitas pelos auditores independente ou interno;
- VI. estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- VII. recomendar à Diretoria correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- VIII. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

CETELM
Visto
Jurídico



RESOLUÇÃO
de 01 de 00 de 00



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta da carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Mércia Kessia Itakura
ANALISTA



CAPÍTULO VIII

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 24 - A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto por no mínimo de 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, nomeados e destituídos pela Diretoria, devendo pelo menos um deles não ser integrante da Administração da Sociedade.

Parágrafo 1º - Os membros eleitos para o Comitê de Remuneração terão mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução por até 9 (nove) vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável.

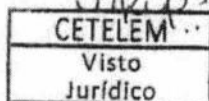
Parágrafo 2º - Os membros nomeados, que podem ser integrantes dos Órgãos da Administração da Sociedade e do corpo de funcionários da Sociedade, devem preencher as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.

Parágrafo 3º - Os membros do Comitê de Remuneração poderão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do membro e a sua participação efetiva e a autenticidade de sua participação, que será considerada válida para todos os efeitos legais e incorporada à ata da referida reunião.

Parágrafo 4º - No ato da nomeação pela Diretoria dos membros do Comitê de Remuneração, será designado o seu Coordenador.

Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração reportar-se-á diretamente à Diretoria.

Parágrafo 6º - Compete ao Comitê de Remuneração, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar:



RECEBUE
01 00 00



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação e respeito dos atos
praticados consta do sistema emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Garência Técnica em São Paulo - I

Márcia Karine Itakura
ANALISTA



- I. elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo à Diretoria diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- II. supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores;
- III. revisar anualmente a política de remuneração de administradores, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento;
- IV. propor à Diretoria da Sociedade o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma prevista em lei;
- V. avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- VI. analisar a política de remuneração de Administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e,
- VII. zelar para que a política de remuneração dos Administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável.

Parágrafo 7º - Os membros do Comitê de Remuneração integrantes da Diretoria da Sociedade não farão jus a qualquer remuneração adicional àquela a que tiverem direito por exercerem cargos na Diretoria da Sociedade. Os demais membros não integrantes da Diretoria serão remunerados na forma e no montante definidos previamente pela Diretoria.

CAPÍTULO IX OUVIDORIA

Artigo 25 - O Ouvidor será designado pela Diretoria da Sociedade mediante processo de contratação interno ou externo, por prazo indeterminado, em decorrência da capacitação para a função. A designação deve ser registrada em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Parágrafo Único - O Ouvidor poderá ser destituído de suas funções por decisão da Diretoria da Sociedade, em decorrência da perda de vínculo funcional com a Sociedade, alteração de função, conduta ética incompatível com a função ou demais práticas e condutas que justifiquem a destituição, cujo ato deverá ser registrado em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

CETELM
Visto
Jurídico

[assinatura]



RESOLUÇÃO
DE 00 80



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta do carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Masako Itakura
ANALISTA



Artigo 26 - O Ouvidor é um profissional cuja função deve ser desempenhada com imparcialidade, intermediando a solução de conflitos, visando aumentar a credibilidade desta Sociedade, valendo-se para isso da rede de relacionamentos internos e externos.

Artigo 27 - São atribuições do Ouvidor:

- I. conhecer e compreender as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) aplicáveis a esta Sociedade, bem como ter conhecimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), sendo capaz de transformar possíveis litígios em oportunidades de solução e fidelização;
- II. desenvolver e aplicar técnicas de Negociação, Conciliação e Mediação de conflitos, visando transformar a Reclamação e o Atrito em oportunidades de inovação e mudança;
- III. identificar os valores e características necessários para estruturar e implantar uma Ouvidoria com excelência.

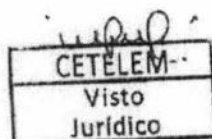
Artigo 28 - A Ouvidoria é o órgão responsável por assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos dos consumidores, bem como atuar como um canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços.

Parágrafo 1º - A Sociedade se compromete a criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que a atuação desta seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

Parágrafo 2º - A Sociedade deverá assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 29 - São atribuições da Ouvidoria:

- I. prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Sociedade;
- II. atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- III. informar à diretoria da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.



Handwritten signature.

PROCESSO
07 00 00



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - 1

Márcia Kasuya Nakura
ANALISTA



Artigo 30 - São atividades da Ouvidoria:

- I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior;
- IV. manter a diretoria da Sociedade, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e
- V. elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria e à diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO X EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS

Artigo 31 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. O Balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 32 - Do resultado do exercício serão deduzidos:

- a) prejuízo, se houver;
- b) provisão para Imposto de Renda;
- c) participação da Diretoria, nos limites estipulados pelo art. 152 da Lei 6.404/76.

Do lucro líquido serão destinados:

- a) 5% (cinco por cento) à constituição do Fundo de Reserva Legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 1% (um por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas e,
- c) o saldo terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

CETEM
Visto
Jurídico

14

RESOLUÇÃO
21 20 20



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Kazuo Nakura
ANALISTA



Artigo 33 - A Sociedade poderá, ainda, levantar balanços intermediários no último dia de cada mês e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços.

Parágrafo 1º - É facultada a distribuição de dividendos intermediários.

Parágrafo 2º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório a ser pago aos acionistas.

CAPÍTULO XI

LIQUIDAÇÃO

Artigo 34 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e um Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO XII

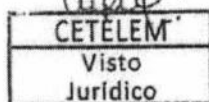
EXTINÇÃO

Artigo 35 - Dissolve-se a Sociedade:

- a) por deliberação da Assembleia Geral com o voto do acionista controlador;
- b) pela existência de um único acionista entre duas assembleias gerais ordinárias, no período de um ano;
- c) pela cassação da autorização para funcionar;
- d) nos demais casos previstos em lei para a dissolução judicial.

Artigo 36 - O encerramento da liquidação, seja ela voluntária, forçada, judicial ou extrajudicial, extingue a Sociedade, bem como a sua incorporação ou fusão, ou ainda a cisão com a versão de todo o patrimônio em outras sociedades.

Parágrafo Único - A transformação não extinguirá a Sociedade necessariamente, mas como terá o efeito de alterar o objeto da Sociedade, poderá produzir sua extinção, se não for previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.





ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regulatório e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta da carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

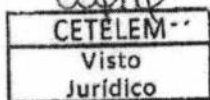
Márcia Kashi Nakura
ANALISTA

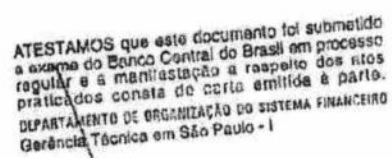


CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37 - Fica eleito o foro da comarca de Barueri, no estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas deste Estatuto Social.

Artigo 38 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como outras normas legais que lhe forem aplicáveis.





Márcia Katus Nakura
ANALISTA

JUCESP
17 08 18



JUCESP PROTOCOLO
0.784.126/18-5



BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2018**

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 08 de agosto de 2018, às 9:30 horas, na sede social do Banco Cetelem S.A., na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-000.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação prévia em razão da presença da única acionista, conforme disposição do §4º, do art. 124 da Lei 6.404/76.

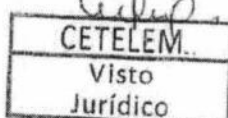
PRESENÇA: Acionista da sociedade representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no "Livro de Presença de Acionistas".

MESA: **Presidente:** Antônio Nuno Henriques Cardoso Verças e **Secretária:** Vanessa Alessi Manzi Binder.

ORDEM DO DIA: (a) deliberar sobre o remanejamento de cargos de membros da Diretoria; e (b) ratificar a composição da Diretoria da Sociedade.

DELIBERAÇÕES: foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia:

(a) os seguintes remanejamentos de cargos de membros da Diretoria: (i) Sr. **Luis Felipe Fernández-Nieto Orgaz**, espanhol, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº V874746-Q – DELEMIGSR-SP e CPF/MF sob o nº 235.541.738-51, residente e domiciliado em Barueri (SP), do cargo de Diretor Presidente para o cargo de Diretor sem designação especial; (ii) Sr. **Antônio Nuno Henriques Cardoso Verças**, português, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade de estrangeiro nº RNE V562683-O – DELEMIG-SP e CPF/MF sob o





JUCESP
17 03 18

nº 233.462.078-54, residente e domiciliado em São Paulo (SP), do cargo de Diretor Vice-Presidente para o cargo de Diretor Presidente; (iii) Sra. **Vanessa Alessi Manzi Binder**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25732913-4 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 177.818.078-71, residente e domiciliada em São Paulo (SP), do cargo de Diretora sem designação especial para o cargo de Diretora Vice-Presidente; e (iv) Sr. **Silvio Leonardo Dias Pereira**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 64.153.355-X SSP/SP e CPF/MF sob o nº 079.775.077-06, residente e domiciliado em Santana de Parnaíba (SP), do cargo de Diretor sem designação especial para o cargo de Diretor Vice-Presidente, todos com prazo de mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2021.

(b) a ratificação da composição da Diretoria da Sociedade pelos seguintes membros, todos com prazo de mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2021 e com endereço comercial na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, Barueri (SP), CEP 06454-000: **Antônio Nuno Henriques Cardoso Verças**, acima qualificado, no cargo de Diretor Presidente; **Vanessa Alessi Manzi Binder**, acima qualificada, no cargo de Diretora Vice-Presidente; **Silvio Leonardo Dias Pereira**, acima qualificado, no cargo de Diretor Vice-Presidente; **Luis Felipe Fernández-Nieto Orgaz**, acima qualificado, no cargo de Diretor sem designação especial; **Mauro Malaguti**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 22.191.978-8 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 188.705.608-48, residente e domiciliado em São Paulo (SP), no cargo de Diretor sem designação especial; **André Ricardo Corrêa de Paula**, brasileiro, em união estável, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 28.203.371-3 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 251.083.118-69, residente e domiciliado em Barueri (SP), no cargo de Diretor sem designação especial; e **Rafael Bandeira de Almeida**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 23.681.000-5 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 353.486.228-77, residente e domiciliado em Barueri (SP), no cargo de Diretor sem designação especial.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.



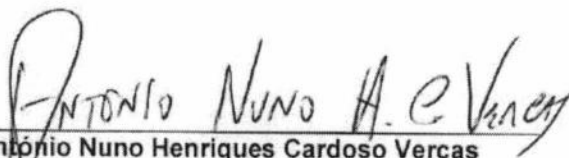


JUCESP
17 08 18

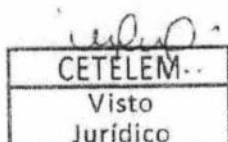
ACIONISTA PRESENTE: Cetelem América Ltda., neste ato representada pelo seu Diretor Vice-Presidente Antônio Nuno Henriques Cardoso Verças.

Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

Barueri (SP), 08 de agosto de 2018.


Antônio Nuno Henriques Cardoso Verças
Presidente da Mesa


Vanessa Alessi Manzi Binder
Secretária da Mesa





JUCESP PROTOCOLO
0.455.110/18-9



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE JARU
DE NOTAS DO DISTRITO DE JARU
Rua Elias Kraide, 113 Jd. Silveira
AUTENTICAÇÃO

10 MAIO 2018

BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971

Autentico a presente copia reprografiada conforme original a mim apresentada do que dou fe
do Sr. Conceição As Plandi
Dacilio Rodrigues da Silva
Fabiana Aguiar de Souza
Valor cobrado por
3,46



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2018

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 13 de abril de 2018, às 9:00 horas, na sede social do Banco Cetelem S.A., na Alameda Rio Negro, 161, 17º andar, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-000.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação prévia em razão da presença da única acionista, conforme disposição do §4º, do art. 124 da Lei 6.404/76.

PRESENÇA: Acionista da sociedade representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no "Livro de Presença de Acionistas".

MESA: Presidente: Antônio Nuno Henrique Cardoso Verças e **Secretária:** Vanessa Alessi Manzi Binder.

ORDEM DO DIA:

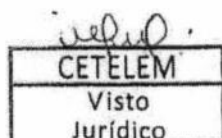
(a) lavratura da ata na forma sumária; (b) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2017; (c) destinar o lucro líquido do exercício e os dividendos; (d) reeleger os membros da Diretoria; (e) definir o montante global a ser pago a título de remuneração aos Diretores; e (f) outros assuntos de interesse da sociedade.

DELIBERAÇÕES: foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia:

(a) a lavratura da presente ata em forma sumária;

(b) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2017. Os referidos documentos foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, em suas edições de 22.03.2018;

(c) a destinação do lucro líquido do exercício consoante demonstrações financeiras, publicadas no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, em



Handwritten signatures.



923000
81 20 12

OFÍCIA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS REGISTRO
DE TÍTULOS DO JUIZ DE PAZ DE JARDIM SILVEIRA, GARUARA, SP
Rua Elias Kleide 115 Jd. Silveira
Tel. 4134-0857
10 MAR 2019
AUTENTICAÇÃO
Valido somente com
autenticidade
conforme
ou fe
Isabela
a 10/03/2019
10 MAR 2019
AUTENTICAÇÃO
Valor cobrado por
2019-03-10
66996245

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
realizados consta de nota emitida à parte
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gestão Técnica em São Paulo, SP

[Handwritten signature]
Heder Pessoa de Silveira
ANALISTA

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS TABELIAO
DE NOTAS DO DISTRITO DE JARDIM SILVEIRA - BARUERI - SP
Rua Elias Kraide 113 Jd. Silveira - Tel.: 4194-0657

AUTENTICAÇÃO

10 MAR 2018

Jd.
Silveira.

Autentico a presente a seguinte programação conforme
ao original a mim apresentado do qual dou fé
☐ Sel. Condição: ☐ Sel. Autorizado
☐ Daercio Rodrigues ☐ Fabiana Acaia
Valor cobrado R\$ 3,40

DIRBEN/CGPB
Fls. 42
Rubrica

suas edições de 22.03.2018 e a não distribuição de dividendos;

(d) a reeleição de membros da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2021, que irá deliberar acerca da aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 31.12.2020, a saber:

1. **Luis Felipe Fernández-Nieto Orgaz**, espanhol, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº V874746-Q – DELEMIGSR-SP e CPF/MF sob o nº 235.541.738-51, domiciliado na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-000, para o cargo de Diretor Presidente;

2. **Antônio Nuno Henriques Cardoso Verças**, português, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade de estrangeiro nº RNE V562683-O – DELEMIG-SP e CPF/MF sob o nº 233.462.078-54, domiciliado na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-000, para o cargo de Diretor Vice-Presidente;

3. **Mauro Malaguti**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 22.191.978-8 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 188.705.608-48, domiciliado na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-000, para o cargo de Diretor sem designação especial; e

4. **Vanessa Alessi Manzi Binder**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25732913-7 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 177.818.078-71, domiciliada na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-000, para o cargo de Diretora sem designação especial.

(e) a remuneração dos Diretores no montante global anual de até R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

DECLARAÇÃO: Os diretores ora eleitos declaram (i) não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis; (ii) terem pleno conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; e (iii) não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia: por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de





RECEBUE
01 20 18

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS TABELÃO
DE NOTAS DO DISTRITO DE JARDIM SILVEIRA - BARUERI - SP
Rua Elias Kraide 113 Jd. Silveira - Tel.: 4194-0657

☆ AUTENTICAÇÃO

Jd.
Silveira,

10 MAIO 2018

(Valido
somente com
o selo de
autenticidade)

Autentico a presente cópia reprográfica contida no
ao original a mim apresentada, a qual que foi
☐ Se a Certidão for apresentada em original
☐ Se a Certidão for apresentada em cópia
☐ Se a Certidão for apresentada em cópia
Valor cobrado por autenticação: R\$ 0,50



ATESTAMOS que este documento foi autenticado
a guisa do Livro Central do Brasil em processo
regular e a manifestação e respeito dos atos
ordenados constam de cópia emitida à parte
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Quarta-feira em São Paulo, SP

Heber Passos da Silveira
ENALISTA

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS TABELÃO
DE NOTAS DO DISTRITO DE JARDIM SILVEIRA - BARUERI - SP
Rua Elias Kraide 113 Jd. Silveira - Tel.: 4194-0657

AUTENTICAÇÃO

10 MAIO 2018

Jd.
Silveira,

Autentico a presente cópia fac-
to original a mim apresentada

☐ Bel. Conceição de Prangni
☐ Daercio Rodrigues da Silva
☐ Fabiana Aparecida Escobar
Valor cobrado por auten-

(Válido
somente com
o selo de
autenticidade)

AUTENTICAÇÃO
G0906232



prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, consignando que as respectivas declarações de desimpedimento encontram-se arquivadas na sede da Companhia.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

ACIONISTA PRESENTE: Cetelem América Ltda., neste ato representada pelo seu Diretor Vice-Presidente Antônio Nuno Henrique Cardoso Verças.

Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

Barueri (SP), 13 de abril de 2018.

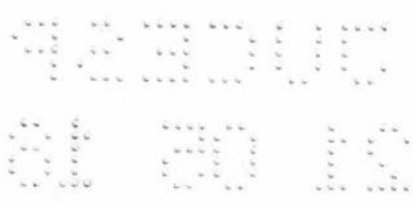
Cetelem América Ltda.
pp. Antônio Nuno Henrique Cardoso Verças

Antônio Nuno Henrique Cardoso Verças
Presidente da Mesa

Vanessa Alessi Marzi Binder
Secretária da Mesa



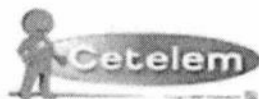
JUCESP



Haber Pregon da Calvina
1974



DOC.02



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

BANCO CETELEM S/A, empresa com sede na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, CEP: 06454-000 – Barueri/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.558.456/0001-71, representado neste ato na forma de seus atos societários, por seu Diretor Presidente, **ANTÔNIO NUNO HENRIQUES CARDOSO VERÇAS**, português, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade V562683-O (RNE), inscrito no CPF/MF sob nº 233.462.078-54, com endereço comercial em Barueri (SP) na Alameda Rio Negro nº 161, 17º andar, Alphaville – CEP 06454-000, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores os Dr.(s):

OUTORGADOS:

Hermano de Villemor Amaral (filho), viúvo, OAB/RJ nº. 3.099 e OAB/SP nº. 27.938-A (CPF nº. 005.575.797-91); **Gilberto Augusto Trigueiro Vieira Ribeiro**, casado, OAB/RJ nº. 7.683 e OAB/SP nº. 29.886-A (CPF nº. 003.351.007-59); **João Guilherme de Moraes Sauer**, casado, OAB/RJ nº. 23.644 e OAB/SP nº. 106.884-A (CPF nº. 310.483.667-15); **Hermano de Villemor Amaral (neto)**, solteiro, OAB/RJ nº. 41.087 e OAB/SP nº. 109.098-A (CPF nº. 768.419.527-15); **Gustavo Antonio Feres Paixão**, casado, OAB/RJ nº. 95.502 e OAB/SP nº. 186.458-A (CPF nº. 020.382.917-48); **Alexandre Costa Montoni**, casado, OAB/RJ nº. 95.350 (CPF nº. 072.867.607-93); **Vitor Carvalho Lopes**, casado, OAB/RJ nº. 131.298 e OAB/SP nº. 241.959-A (CPF/MF nº. 085.569.607-90); **Fernando Lima Gurgel do Amaral**, solteiro, OAB/RJ nº. 159.220 e OAB/SP nº. 296.610-A (CPF nº. 116.822.097-17); **Pedro Luiz Chagas Costa**, solteiro, OAB/RJ nº. 166.940 e OAB/SP nº. 319.526-A (CPF 112.959.347-95); **Eduardo Barbosa Leão Filho**, solteiro, OAB/SP nº. 357.170 (CPF: 233.339.778-00); **Marcus Vinícius Ramon Soares de Mello**, solteiro, OAB/SP 406.081 (CPF: 441.969.878-00), **Duarte Alberto Lojas Anes**, Solteiro, OAB/SP 282.803 (CPF: 303.923.968-66), **Arthur Fernandes Guimaraes Rodriguez**, Solteiro, OAB/SP 384.719 (CPF: 390.895.548-31), **Matheus Hosid Burchtein**, Solteiro, OAB/RJ 166.067 (CPF: 057.070.347-65), **Karla de Carvalho Gouvea**, casada, OAB/RJ 113.268, e **Guilherme Farias Mendes**, Solteiro, OAB/RJ nº 171.933 e OAB/SP nº 355/626-S (CPF: 095.993.287-95), todos brasileiros, integrantes do escritório **VILLEMOR AMARAL ADVOGADOS**, inscrito na OAB/SP sob o nº 224 e OAB/RJ sob nº 052, com escritório estabelecido na Alameda Santos, nº. 1357 11º andar, São Paulo/SP, CEP: 01419-001; na Rua da Glória, nº 290, 1º, 2º, 13º, 14º e 15º andares, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20241-180; e na SAS, Quadra 1, bloco N, Ed. Terra Brasília, sala 806, Brasília/DF, CEP 70070-010; e endereço eletrônico: villemorri@villemor.com.br; a quem confere os seguintes poderes:

PODERES:

(1) Representar a Outorgante perante quaisquer órgãos públicos ou privados, especialmente órgãos de fiscalização e da administração pública no âmbito federal, estadual ou municipal, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais e, ainda, perante quaisquer instituições financeiras, inclusive o Banco Central do Brasil, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça, podendo, para tanto, requerer, tomar ciência, reclamar, assinar formulários, firmar carta de preposição, bem como praticar todos os atos necessários para o exercício deste mandato; e

(2) Confere, também, amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad-Judicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, indicar prepostos, podendo os outorgados, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.





VALIDADE:

Esta procuração terá prazo indeterminado a partir da data de sua assinatura.

Barueri (SP), 08 de Novembro de 2018.



Antônio Nuno H. e Vercas
ANTÔNIO NUNO HENRIQUES CARDOSO VERÇAS
Presidente

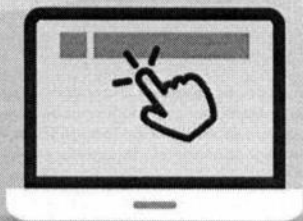


[Handwritten signature]





DOC.03



AGUARDE:

Em breve, o novo site do Banco Cetelem.
A comodidade do autoatendimento e gerenciamento do seu
cartão de crédito com **acesso facilitado através do seu CPF.**



Titular: **SRA SILVIA MARIA DA C SILVA**

033 VENCIMENTO: 05/08/2018

Saldo Total	Pagamento Mínimo
R\$ 1.056,53	R\$ 42,94

Linha de Crédito

Limite do Cartão:	R\$	1.130,00
Disponível para Compras:	R\$	73,47
Disponível para Saques:	R\$	70,00

Encargos Financeiros

Contratuais máximos para Financiamentos	3,00% am ou 42,57% aa
CET para saldo financiado:	54,43% aa
Encargos de saque à vista:	3,00% am
CET Saque à vista:	53,91% aa
Juros de mora:	1,00% am

Informamos que o valor referente ao PAGAMENTO MÍNIMO desta fatura será debitado do seu benefício e utilizado para amortizar o saldo devedor, de acordo com as regras contratuais.

Caso não seja efetuado o pagamento mínimo do cartão na data de vencimento, serão cobrados juros remuneratórios, além de juros de mora, conforme previsto em contrato.

Para mais informações: www.cetelem.com.br		
Central de Relacionamento Cetelem - Capitais e regiões metropolitanas 4004 7990 Demais localidades 0800 704 1166		
SAC 0800 286 8877	Ouvidoria 0800 722 0401	Deficiente Auditivo 0800 726 0604

O fechamento da sua próxima fatura será no dia 20/08/2018. Compras e pagamentos realizados após esta data estarão disponíveis na fatura subsequente.

Data	Demonstrativo	Débito	Crédito
	Saldo Extrato Anterior	1.065,18	
	Nº Cartão Titular: 5340 04XX XXXX 0773		
24/06/2018	PREVISAO DE PAGAMENTO		
20/07/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	31,70	42,94
20/07/2018	IOF-IMPOSTO S/ OPERACOES FINANC	2,59	



9126517



Banco Santander

033-4

03399.16777 78094.465313 37011.101021 3 00000000000000

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO SANTANDER						Vencimento 05/08/2018
Nome do Beneficiário/CNPJ/CPF BANCO CETELEM S/A - CNPJ: 00.558.456/0001-71						Agência / Código do Beneficiário 02175/1677780
Alameda Rio Negro, 161 - 17º Andar, Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP 06454-000						Nosso Número 944653137011-1
Data do Documento 05/08/2018	Nº do Documento 1677780	Espécie Doc. CARTÃO	Aceite 20/07/2018	Data Processamento 20/07/2018		
Uso do Banco	CIP	Carteira 102	Espécie Moeda R\$	Quantidade de Moeda	xValor	(=) Valor do Documento
Instruções (Texto de responsabilidade de beneficiário)						(-) Desconto / Abatimento
NÃO RECEBER VALOR INFERIOR A R\$ *****0,00						
NÃO RECEBER VALOR SUPERIOR A R\$ *****1.013,59						
CUSTO DE MANUTENÇÃO - R\$ 0,00						(+) Juros / Multa
OS ENCARGOS REFERENTES AO ATRASO DO PAGAMENTO SERÃO DEBITADOS NA SUA PRÓXIMA FATURA.						
						(=) Valor Cobrado

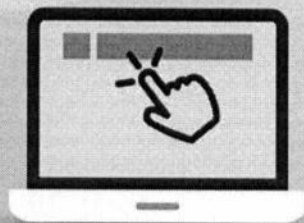
Nome do Pagador/CPF/CNPJ

SRA SILVIA MARIA DA C SILVA - CPF: 214.333.051-00
QNM 6 CJ M LT 01 CEILANDIA NORTE (CEI)
72210-071 - BRASILIA - DF

Sacador/Avalista



Autenticação Mecânica
Ficha de Compensação



AGUARDE:

Em breve, o novo site do Banco Cetelem.
A comodidade do autoatendimento e gerenciamento do seu
cartão de crédito com acesso facilitado através do seu CPF.

Titular: SRA SILVIA MARIA DA C SILVA

033 VENCIMENTO: 05/07/2018

Saldo Total	Pagamento Mínimo
R\$ 1.065,18	R\$ 42,94

Linha de Crédito

Limite do Cartão:	R\$	1.130,00
Disponível para Compras:	R\$	64,82
Disponível para Saques:	R\$	60,00

Encargos Financeiros

Contratuais máximos para Financiamentos	3,00% am ou 42,57% aa
CET para saldo financiado:	54,31% aa
Encargos de saque à vista:	3,00% am
CET Saque à vista:	54,13% aa
Juros de mora:	1,00% am

Informamos que o valor referente ao PAGAMENTO MÍNIMO desta fatura será debitado do seu benefício e utilizado para amortizar o saldo devedor, de acordo com as regras contratuais.

Caso não seja efetuado o pagamento mínimo do cartão na data de vencimento, serão cobrados juros remuneratórios, além de juros de mora, conforme previsto em contrato.

Para mais informações: www.cetelem.com.br		
Central de Relacionamento Cetelem - Capitais e regiões metropolitanas 4004 7990 Demais localidades 0800 704 1166		
SAC 0800 296 8877	Ouvidoria 0800 722 0401	Deficiente Auditivo 0800 726 0604

O fechamento da sua próxima fatura será no dia 20/07/2018. Compras e pagamentos realizados após esta data estarão disponíveis na fatura subsequente.

Data	Demonstrativo	Débito	Crédito
	Saldo Extrato Anterior	1.074,64	
	Nº Cartão Titular: 5340 04XX XXXX 0773		
25/05/2018	PREVISÃO DE PAGAMENTO		
20/06/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	30,95	42,94
20/06/2018	IOF-IMPOSTO S/ OPERACOES FINANC	2,53	



9126517



033-4

03399.16777 78094.465313 37011.101021 3 00000000000000

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO SANTANDER						Vencimento 05/07/2018
Nome do Beneficiário/CNPJ/CPF BANCO CETELEM S/A - CNPJ: 00.558.456/0001-71						Agência / Código do Beneficiário 02175/1677780
Alameda Rio Negro, 161 - 17º Andar, Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP 06454-000						Nosso Número 944653137011-1
Data do Documento 05/07/2018	Nº do Documento 1677780	Espécie Doc. CARTÃO	Aceite CARTÃO	Data Processamento 20/06/2018		
Uso do Banco	CIP	Carteira 102	Espécie Moeda R\$	Quantidade de Moeda	xValor	(=) Valor do Documento
Instruções (Texto de responsabilidade de beneficiário)						(-) Desconto / Abatimento
NÃO RECEBER VALOR INFERIOR A R\$ *****0,00						
NÃO RECEBER VALOR SUPERIOR A R\$ *****1.022,24						
CUSTO DE MANUTENÇÃO - R\$ 0,00						(+) Juros / Multa
OS ENCARGOS REFERENTES AO ATRASO DO PAGAMENTO SERÃO DEBITADOS NA SUA PRÓXIMA FATURA.						
						(=) Valor Cobrado

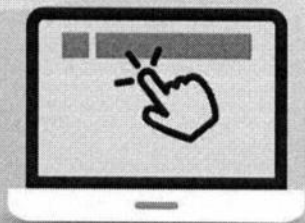
Nome do Pagador/CPF/CNPJ

SRA SILVIA MARIA DA C SILVA - CPF: 214.333.051-00
QNM 6 CJ M LT 01 CEILANDIA NORTE (CEI)
72210-071 - BRASILIA - DF

Sacador/Avalista



Autenticação Mecânica
Ficha de Compensação



AGUARDE:

Em breve, o novo site do Banco Cetelem.
A comodidade do autoatendimento e gerenciamento do seu
cartão de crédito com **acesso facilitado através do seu CPF.**



Titular: **SRA SILVIA MARIA DA C SILVA**

399 VENCIMENTO: 05/05/2018

Saldo Total	Pagamento Mínimo
R\$ 1.082,70	R\$ 42,94

Linha de Crédito

Limite do Cartão:	R\$	1.130,00
Disponível para Compras:	R\$	47,30
Disponível para Saques:	R\$	40,00

Encargos Financeiros

Contratuais máximos para Financiamentos	3,00% am ou 42,57% aa
CET para saldo financiado:	54,31% aa
Encargos de saque à vista:	3,00% am
CET Saque à vista:	54,13% aa
Juros de mora:	1,00% am

Informamos que o valor referente ao PAGAMENTO MÍNIMO desta fatura será debitado do seu benefício e utilizado para amortizar o saldo devedor, de acordo com as regras contratuais.

Caso não seja efetuado o pagamento mínimo do cartão na data de vencimento, serão cobrados juros remuneratórios, além de juros de mora, conforme previsto em contrato.

Para mais informações: www.cetelem.com.br		
Central de Relacionamento Cetelem - Capitais e regiões metropolitanas 4004 7990 Demais localidades 0800 704 1166		
SAC 0800 296 8877	Ouvidoria 0800 722 0401	Deficiente Auditivo 0800 726 0604

O fechamento da sua próxima fatura será no dia 20/05/2018. Compras e pagamentos realizados após esta data estarão disponíveis na fatura subsequente.

Data	Demonstrativo	Débito	Crédito
	Saldo Extrato Anterior	1.091,61	
	Nº Cartão Titular: 5340 04XX XXXX 0773		
24/03/2018	PREVISAO DE PAGAMENTO		
20/04/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	31,46	42,94
20/04/2018	IOF-IMPOSTO S/ OPERACOES FINANC	2,57	



9126517

HSBC  **399-9** | 39993.73909 40944.653134 70110.000026 5 00000000000000

Local de Pagamento						Vencimento	05/05/2018
PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO BRADESCO						Agência / Código do Beneficiário	
Nome do Beneficiário/CNPJ/CPF						00454/3739040	
BANCO CETELEM S/A - CNPJ: 00.558.456/0001-71						Nosso Número	
Alameda Rio Negro, 161 - 17º Andar, Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP 06454-000						9446531370110-850	
Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento			
05/05/2018	3739040		CARTÃO	20/04/2018			
Uso do Banco	CIP	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade de Moeda	xValor	(=) Valor do Documento	
		102	R\$				
Instruções (Texto de responsabilidade de beneficiário)						(-) Desconto / Abatimento	
NÃO RECEBER VALOR INFERIOR A R\$ *****0,00							
NÃO RECEBER VALOR SUPERIOR A R\$ *****1.039,76							
CUSTO DE MANUTENÇÃO - R\$ 0,00							
OS ENCARGOS REFERENTES AO ATRASO DO PAGAMENTO SERÃO DEBITADOS NA SUA PRÓXIMA FATURA.						(+*) Juros / Multa	
AO EFETUAR O PAGAMENTO DO SEU BOLETO O DESTINATÁRIO PODERÁ APARECER COMO KIRTON BANK.							
NÃO SE PREOCUPE! ESTA ALTERAÇÃO OCORREU EM FUNÇÃO DO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DO HSBC PELO BRADESCO.						(=) Valor Cobrado	

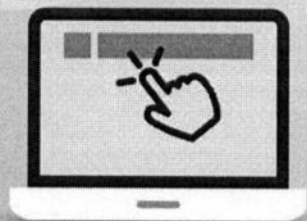
Nome do Pagador/CPF/CNPJ

SRA SILVIA MARIA DA C SILVA - CPF: 214.333.051-00
QNM 6 CJ M LT 01 CEILANDIA NORTE (CEI)
72210-071 - BRASILIA - DF

Sacador/Avalista



Autenticação Mecânica
Ficha de Compensação



AGUARDE:

Em breve, o novo site do Banco Cetelem.
A comodidade do autoatendimento e gerenciamento do seu
cartão de crédito com acesso facilitado através do seu CPF.



Titular: **SRA SILVIA MARIA DA C SILVA**

399 VENCIMENTO: 05/04/2018

Saldo Total	Pagamento Mínimo
R\$ 1.091,61	R\$ 42,94

Linha de Crédito

Limite do Cartão:	R\$	1.130,00
Disponível para Compras:	R\$	38,39
Disponível para Saques:	R\$	30,00

Encargos Financeiros

Contratuais máximos para Financiamentos	3,00% am ou 42,57% aa
CET para saldo financiado:	54,43% aa
Encargos de saque à vista:	3,00% am
CET Saque à vista:	53,91% aa
Juros de mora:	1,00% am

Informamos que o valor referente ao PAGAMENTO MÍNIMO desta fatura será debitado do seu benefício e utilizado para amortizar o saldo devedor, de acordo com as regras contratuais.

Caso não seja efetuado o pagamento mínimo do cartão na data de vencimento, serão cobrados juros remuneratórios, além de juros de mora, conforme previsto em contrato.

Para mais informações: www.cetelem.com.br		
Central de Relacionamento Cetelem - Capitais e regiões metropolitanas 4004 7990 Demais localidades 0800 704 1166		
SAC 0800 286 8877	Ouvidoria 0800 722 0401	Deficiente Auditivo 0800 726 0604

O fechamento da sua próxima fatura será no dia 20/04/2018. Compras e pagamentos realizados após esta data estarão disponíveis na fatura subsequente.

Data	Demonstrativo	Débito	Crédito
	Saldo Extrato Anterior	1.099,12	
	Nº Cartão Titular: 5340 04XX XXXX 0773		
24/02/2018	PREVISAO DE PAGAMENTO		42,94
20/03/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	32,75	
20/03/2018	IOF-IMPOSTO S/ OPERACOES FINANC	2,68	



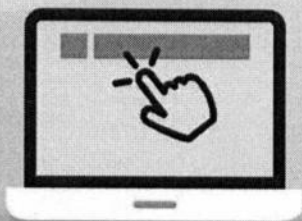
9126517

HSBC  **399-9** | 39993.73909 40944.653134 70110.000026 5 00000000000000

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO BRADESCO						Vencimento 05/04/2018
Nome do Beneficiário/CNPJ/CPF BANCO CETELEM S/A - CNPJ: 00.558.456/0001-71						Agência / Código do Beneficiário 00454/3739040
Alameda Rio Negro, 161 - 17º Andar, Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP 06454-000						
Data do Documento 05/04/2018	Nº do Documento 3739040	Espécie Doc. CARTÃO	Aceite CARTÃO	Data Processamento 20/03/2018	Nosso Número 9446531370110-850	
Uso do Banco	CIP	Carteira 102	Espécie Moeda R\$	Quantidade de Moeda	xValor (=) Valor do Documento	
Instruções (Texto de responsabilidade de beneficiário)						(-) Desconto / Abatimento
NÃO RECEBER VALOR INFERIOR A R\$ *****0,00						
NÃO RECEBER VALOR SUPERIOR A R\$ *****1.048,67						
CUSTO DE MANUTENÇÃO - R\$ 0,00						
OS ENCARGOS REFERENTES AO ATRASO DO PAGAMENTO SERÃO DEBITADOS NA SUA PRÓXIMA FATURA.						(+) Juros / Multa
AO EFETUAR O PAGAMENTO DO SEU BOLETO O DESTINATÁRIO PODERÁ APARECER COMO KIRTON BANK.						
NÃO SE PREOCUPE! ESTA ALTERAÇÃO OCORREU EM FUNÇÃO DO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DO HSBC PELO BRADESCO.						(=) Valor Cobrado
Nome do Pagador/CPF/CNPJ SRA SILVIA MARIA DA C SILVA - CPF: 214.333.051-00						
QNM 6 CJ M LT 01 CEILANDIA NORTE (CEI)						
72210-071 - BRASILIA - DF						
Sacador/Avalista						



Autenticação Mecânica
Ficha de Compensação



AGUARDE:

Em breve, o novo site do Banco Cetelem.
A comodidade do autoatendimento e gerenciamento do seu
cartão de crédito com acesso facilitado através do seu CPF.



Titular: **SRA SILVIA MARIA DA C SILVA**

399 VENCIMENTO: 05/03/2018

Saldo Total	Pagamento Mínimo
R\$ 1.099,12	R\$ 42,94

Linha de Crédito

Limite do Cartão:	R\$	1.130,00
Disponível para Compras:	R\$	30,88
Disponível para Saques:	R\$	30,00

Encargos Financeiros

Contratuais máximos para Financiamentos	3,00% am ou 42,57% aa
CET para saldo financiado:	53,85% aa
Encargos de saque à vista:	3,00% am
CET Saque à vista:	54,13% aa
Juros de mora:	1,00% am

Informamos que o valor referente ao PAGAMENTO MÍNIMO desta fatura será debitado do seu benefício e utilizado para amortizar o saldo devedor, de acordo com as regras contratuais.

Caso não seja efetuado o pagamento mínimo do cartão na data de vencimento, serão cobrados juros remuneratórios, além de juros de mora, conforme previsto em contrato.

Para mais informações: www.cetelem.com.br		
Central de Relacionamento Cetelem - Capitais e regiões metropolitanas 4004 7990 Demais localidades 0800 704 1166		
SAC 0800 286 8877	Ouvidoria 0800 722 0401	Deficiente Auditivo 0800 726 0604

O fechamento da sua próxima fatura será no dia 20/03/2018. Compras e pagamentos realizados após esta data estarão disponíveis na fatura subsequente.

Data	Demonstrativo	Débito	Crédito
	Saldo Extrato Anterior	1.107,90	
	Nº Cartão Titular: 5340 04XX XXXX 0773		
25/01/2018	PREVISÃO DE PAGAMENTO		43,32
20/02/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	31,93	
20/02/2018	IOF-IMPOSTO S/ OPERACOES FINANC	2,61	



9126517

HSBC  **399-9** | 39993.73909 40944.653134 70110.000026 5 00000000000000

Local de Pagamento						Vencimento	05/03/2018
PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO BRADESCO						Agência / Código do Beneficiário	00454/3739040
Nome do Beneficiário/CNPJ/CPF BANCO CETELEM S/A - CNPJ: 00.558.456/0001-71 Alameda Rio Negro, 161 - 17º Andar, Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP 06454-000						Nosso Número	9446531370110-850
Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento		(=) Valor do Documento	
05/03/2018	3739040		CARTÃO	20/02/2018		(-) Desconto / Abatimento	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade de Moeda	xValor	(+) Juros / Multa	
		102	R\$			(=) Valor Cobrado	
Instruções (Texto de responsabilidade de beneficiário)							
NÃO RECEBER VALOR INFERIOR A R\$ *****0,00							
NÃO RECEBER VALOR SUPERIOR A R\$ *****1.056,18							
CUSTO DE MANUTENÇÃO - R\$ 0,00							
OS ENCARGOS REFERENTES AO ATRASO DO PAGAMENTO SERÃO DEBITADOS NA SUA PRÓXIMA FATURA.							
AO EFETUAR O PAGAMENTO DO SEU BOLETO O DESTINATÁRIO PODERÁ APARECER COMO KIRTON BANK.							
NÃO SE PREOCUPE! ESTA ALTERAÇÃO OCORREU EM FUNÇÃO DO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DO HSBC PELO BRADESCO.							

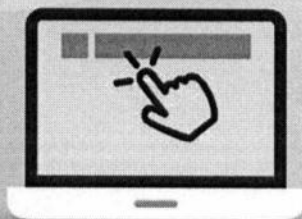
Nome do Pagador/CPF/CNPJ

SRA SILVIA MARIA DA C SILVA - CPF: 214.333.051-00
QNM 6 CJ M LT 01 CEILANDIA NORTE (CEI)
72210-071 - BRASILIA - DF

Sacador/Avalista



Autenticação Mecânica
Ficha de Compensação



AGUARDE:

Em breve, o novo site do Banco Cetelem.
A comodidade do autoatendimento e gerenciamento do seu
cartão de crédito com acesso facilitado através do seu CPF.



Titular: **SRA SILVIA MARIA DA C SILVA**

399 VENCIMENTO: 05/02/2018

Saldo Total	Pagamento Mínimo
R\$ 1.107,90	R\$ 43,32

Linha de Crédito

Limite do Cartão:	R\$	1.140,00
Disponível para Compras:	R\$	32,10
Disponível para Saques:	R\$	30,00

Encargos Financeiros

Contratuais máximos para Financiamentos	3,00% am ou 42,57% aa
CET para saldo financiado:	54,43% aa
Encargos de saque à vista:	3,00% am
CET Saque à vista:	53,91% aa
Juros de mora:	1,00% am

Informamos que o valor referente ao PAGAMENTO MÍNIMO desta fatura será debitado do seu benefício e utilizado para amortizar o saldo devedor, de acordo com as regras contratuais.

Caso não seja efetuado o pagamento mínimo do cartão na data de vencimento, serão cobrados juros remuneratórios, além de juros de mora, conforme previsto em contrato.

Para mais informações: www.cetelem.com.br		
Central de Relacionamento Cetelem - Capitais e regiões metropolitanas 4004 7990		
Demais localidades 0800 704 1166		
SAC 0800 296 6677	Ouvidoria 0800 722 0401	Deficiente Auditivo 0800 726 0604

O fechamento da sua próxima fatura será no dia 20/02/2018. Compras e pagamentos realizados após esta data estarão disponíveis na fatura subsequente.

Data	Demonstrativo	Débito	Crédito
	Saldo Extrato Anterior	1.115,26	
	Nº Cartão Titular: 5340 04XX XXXX 0773		
23/12/2017	PREVISAO DE PAGAMENTO		43,32
20/01/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	33,24	
20/01/2018	IOF-IMPOSTO S/ OPERACOES FINANC	2,72	



9126517

HSBC  **399-9** | 39993.73909 40944.653134 70110.000026 5 00000000000000

Local de Pagamento						Vencimento	05/02/2018
PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO BRADESCO						Agência / Código do Beneficiário	00454/3739040
Nome do Beneficiário/CNPJ/CPF						Nosso Número	9446531370110-850
BANCO CETELEM S/A - CNPJ: 00.558.456/0001-71						(=) Valor do Documento	
Alameda Rio Negro, 161 - 17º Andar, Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP 06454-000						(-) Desconto / Abatimento	
Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Acerto	Data Processamento		(+) Juros / Multa	
05/02/2018	3739040		CARTÃO	20/01/2018		(=) Valor Cobrado	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade de Moeda	xValor		
		102	R\$				
Instruções (Texto de responsabilidade de beneficiário)							
NÃO RECEBER VALOR INFERIOR A R\$ *****0,00							
NÃO RECEBER VALOR SUPERIOR A R\$ *****1.064,58							
CUSTO DE MANUTENÇÃO - R\$ 0,00							
OS ENCARGOS REFERENTES AO ATRASO DO PAGAMENTO SERÃO DEBITADOS NA SUA PRÓXIMA FATURA.							
AO EFETUAR O PAGAMENTO DO SEU BOLETO O DESTINATÁRIO PODERÁ APARECER COMO KIRTON BANK.							
NÃO SE PREOCUPE! ESTA ALTERAÇÃO OCORREU EM FUNÇÃO DO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DO							
HSBC PELO BRADESCO.							

Nome do Pagador/CPF/CNPJ

SRA SILVIA MARIA DA C SILVA - CPF: 214.333.051-00
QNM 6 CJ M LT 01 CEILANDIA NORTE (CEI
72210-071 - BRASILIA - DF

Sacador/Avalista



Autenticação Mecânica
Ficha de Compensação

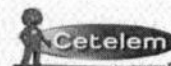


Realize um saque¹ através do Banco 24Horas com seu Cartão Cetelem Consignado. Dinheiro na mão, a qualquer hora, com praticidade e segurança.

- Dinheiro rápido na mão.
- Pague em até 45 dias².

¹ Sujeito à aprovação de crédito. Consulte seu limite disponível, CET (Custo Efetivo Total) no momento da contratação, assim como a taxa de juros e as tarifas vigentes de acordo com o canal escolhido. ² De acordo com o vencimento de sua fatura.

Ou efetue seu Saque através do Internet Banking Cetelem, em www.cetelem.com.br/saque. Dinheiro rápido na conta!



399 VENCIMENTO: 05/02/2017

Saldo Total	Pagamento Mínimo
R\$ 1.177,27	R\$ 43,47

Linha de Crédito

Limite do Cartão:	R\$	1.144,00
Disponível para Compras:	R\$	*,**
Disponível para Saques:	R\$	*,**

Juros

Contratuais máximos para Financiamentos	3,36% am ou 48,67% aa
CET para saldo financiado:	61,04% aa

Informamos que o valor referente ao PAGAMENTO MÍNIMO desta fatura será debitado do seu benefício e utilizado para amortizar o saldo devedor, de acordo com as regras contratuais.

Para mais informações: www.cetelem.com.br		
Central de Relacionamento Cetelem - Capitais e regiões metropolitanas 4004 7990 Demais localidades 0800 704 1166		
SAC 0800 286 8677	Ouvidoria 0800 722 0401	Deficiente Auditivo 0800 726 0604

O fechamento da sua próxima fatura será no dia 20/02/2017. Compras e pagamentos realizados após esta data estarão disponíveis na fatura subsequente.

Data	Demonstrativo	Débito	Crédito
	Saldo Extrato Anterior	1.173,60	
	Nº Cartão Titular: 5340 04XX XXXX 0773		
29/12/2016	PREVISAO DE PAGAMENTO		43,47
20/01/2017	ENCARGOS DE REFINANCIAMENTO	39,25	
20/01/2017	IOF-IMPOSTO S/ OPERACOES FINANC	2,89	
20/01/2017	TARIFA EMISSAO CARTAO 03/03	5,00	



HSBC **399-9** | 39993.73909 40944.653134 70110.000026 5 00000000000000

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO HSBC						Vencimento CONTRA APRESENTAÇÃO
Nome do Beneficiário / CNPJ / CPF BANCO CETELEM S/A - CNPJ: 00.558.456/0001-71 Alameda Rio Negro, 161 - 7º Andar - Salas 701-702, Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP 06454-000						Agência / Código do Beneficiário 00454/3739040
Data do Documento 05/02/2017	Nº do Documento 3739040	Espécie Doc. CARTÃO	Aceite CARTÃO	Data Processamento 20/01/2017	Nosso Número 9446531370110-850	
Uso do Banco	Carteira 102	Espécie Moeda R\$	Quantidade de Moeda	xValor	(=) Valor do Documento	
Instruções (Texto de responsabilidade de beneficiário)						(-) Desconto / Abatimento
NÃO RECEBER VALOR INFERIOR A R\$ *****0,00						
NÃO RECEBER VALOR SUPERIOR A R\$ *****1.133,80						(+) Juros / Multa
OS ENCARGOS REFERENTES AO ATRASO DO PAGAMENTO SERÃO DEBITADOS NA SUA PRÓXIMA FATURA.						
PAGAMENTO OPCIONAL, O NÃO PAGAMENTO DO VALOR TOTAL DA FATURA INCIDIRÁ JUROS E ENCARGOS.						(=) Valor Cobrado

Nome do Pagador / CPF / CNPJ
SRA SILVIA MARIA DA C SILVA - CPF: 214.333.051-00
QNM 6 CJ M LT 01 CEILANDIA NORTE (CEI)
72210-071 - BRASILIA - DF

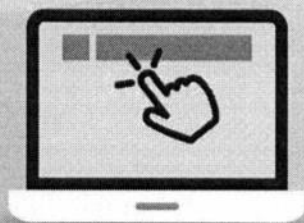
Sacador / Avalista



Autenticação Mecânica / Ficha de Compensação



DOC.04



AGUARDE:

Em breve, o novo site do Banco Cetelem.
A comodidade do autoatendimento e gerenciamento do seu
cartão de crédito com acesso facilitado através do seu CPF.



Titular: SRA SILVIA MARIA DA C SILVA

739 VENCIMENTO: 05/12/2018

Total da Fatura	Pagamento Mínimo Descontado em Folha	Saldo Devedor¹
R\$	R\$ 42,94	R\$ 1.016,68

Linha de Crédito

Limite do Cartão:	R\$	1.130,00
Disponível para Compras:	R\$	113,32
Disponível para Saques:	R\$	110,00

Encargos de Financiamento

Contratuais máximos para Financiamentos	3,00% am ou 42,57% aa
CET para saldo financiado:	54,31% aa
Encargos de saque à vista:	3,00% am
CET Saque à vista:	54,13% aa
Juros de mora:	1,00% am

Saldo Devedor¹: é o valor da diferença entre o Total da Fatura e o Pagamento Mínimo Descontado em Folha. Se você pagar este valor através do boleto abaixo, você quitará todos os valores devidos ao Banco Cetelem. Se você não pagar, não se preocupe: Uma parte do Saldo Devedor aqui informado será descontado de seu benefício ("Pagamento Mínimo Descontado em Folha"), e o restante irá compor o Saldo Devedor do próximo mês.

Limite do Cartão: é o valor disponibilizado para realização de compras + saques. É calculado com base na sua margem consignável para cartão de crédito.

IMPORTANTE: caso não seja efetuado o repasse pelo INSS do Pagamento Mínimo Descontado em Folha por perda de margem consignável, esse valor continuará sendo devido e será acrescido na próxima Fatura com Encargos de Financiamento.

Dúvidas sobre o Pagamento Mínimo? Consulte as condições no Contrato no site: www.cetelem.com.br.

Para mais informações: www.cetelem.com.br		
Central de Relacionamento Cetelem - Capitais e regiões metropolitanas 4004 7990 Demais localidades 0800 704 1166		
SAC 0800 296 8877	Ouvidoria 0800 722 0401	Deficiente Auditivo 0800 726 0604

O fechamento da sua próxima fatura será no dia 20/12/2018. Compras e pagamentos realizados após esta data estarão disponíveis na fatura subsequente.



9126517



739-0

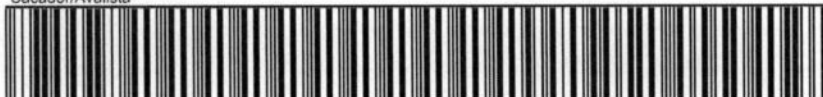
73990.00004 00001.223296 33290.900340 3 00000000000000

Local de Pagamento	PAGAVEL EM QUALQUER BANCO. PREFERENCIALMENTE, UTILIZE O SERVIÇO DDA DO SEU BANCO. É SIMPLES, RÁPIDO E SEGURO.				Vencimento	05/12/2018
Nome do Beneficiário/CNPJ/CPF	BANCO CETELEM S/A - CNPJ: 00.558.456/0001-71 Alameda Rio Negro, 161 - 17º Andar, Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP 06454-000				Agência / Código do Beneficiário	00010/000000000122
Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número	3293329090 034
05/12/2018	3293329090	31	CARTÃO	20/11/2018		
Uso do Banco	CIP	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade de Moeda	xValor	(=) Valor do Documento
		03	R\$			
Instruções (Texto de responsabilidade de beneficiário)						(-) Desconto / Abatimento
NÃO RECEBER VALOR INFERIOR A R\$ *****0,00						
NÃO RECEBER VALOR SUPERIOR A R\$ *****1.016,68						
CUSTO DE MANUTENÇÃO - R\$ 0,00						(+) Juros / Multa
OS ENCARGOS REFERENTES AO ATRASO DO PAGAMENTO SERÃO DEBITADOS NA SUA PRÓXIMA FATURA.						
O BANCO CETELEM AGORA É TAMBÉM O EMISSOR DO BOLETO DE PAGAMENTO DA SUA FATURA. COM ISSO, TEMOS MAIS SEGURANÇA E AGILIDADE NA CONTABILIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS E VOCÊ AINDA PODE PAGAR A FATURA EM QUALQUER BANCO.						(=) Valor Cobrado

Nome do Pagador/CPF/CNPJ

SRA SILVIA MARIA DA C SILVA - CPF: 214.333.051-00
QNM 6 CJ M LT 01 CEILÂNDIA NORTE (CEI)
72210-071 - BRASÍLIA - DF

Sacador/Avalista



Autenticação Mecânica
Ficha de Compensação



DOC.05

CONTRATO DE ADESÃO AO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

Por este contrato, entre **BANCO CETELEM S/A** ("EMISSION"), com sede na Alameda Rio Negro, nº. 161, 17º andar, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06.454-000, Barueri/ SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **00.558.456/0001-71** e o **CLIENTE**, pessoa física devidamente qualificada, cujos dados cadastrais estão declarados e aprovados por meio da **PROPOSTA DE ADESÃO**, são estabelecidas as seguintes condições:

1. DEFINIÇÕES: Para facilitar nossa comunicação, queremos que você conheça alguns termos muito importantes que utilizaremos a seguir:

A. CARTÃO – É o meio de pagamento que concedemos a você para pagamento de TRANSAÇÕES efetuadas nas redes de ESTABELECIMENTOS para a aquisição de produtos financeiros e demais serviços oferecidos por nós e autorizados pelo ÓRGÃO.

B. CLIENTE – Você! É o Servidor e/ ou pensionista ligado a ÓRGÃO da Administração Pública; aposentado e/ou pensionista vinculados ao INSS qualificado e aprovado por meio da PROPOSTA DE ADESÃO, estando apto a ser portador do CARTÃO. É o responsável pelas obrigações previstas neste Contrato e pelo pagamento das TRANSAÇÕES realizadas com o CARTÃO.

C. CETELEM – Nós! Instituição Financeira conveniada ao ÓRGÃO com o qual você mantém vínculo. Somos os destinatários da CONSIGNAÇÃO pelo uso do CARTÃO, nos termos deste Contrato.

D. ÓRGÃO – É a Pessoa Jurídica de Direito Público e/ou Autarquia Previdenciária (INSS) que realiza os descontos na sua renda mensal. Os valores descontados são repassados para nós, para que você possa utilizar o CARTÃO.

E. BANDEIRAS – São as empresas responsáveis pelas marcas e sistemas que permitem a emissão do seu CARTÃO e a sua utilização nos ESTABELECIMENTOS, com suas respectivas redes, nos quais será admitido o uso do CARTÃO como meio de pagamento. No caso do seu CARTÃO, a Bandeira poderá ser Mastercard, Visa ou outras.

F. ESTABELECIMENTOS – Fornecedores de produtos e/ou serviços habilitados pelas

BANDEIRAS em aceitar o CARTÃO em TRANSAÇÕES realizadas por você.

G. LIMITE DE CRÉDITO – É o valor que disponibilizamos para que você realize suas TRANSAÇÕES com o CARTÃO. O LIMITE DE CRÉDITO depende, dentre outros fatores da renda mensal do seu benefício, nos termos da legislação aplicável de cada ÓRGÃO.

H. MARGEM CONSIGNÁVEL – É o percentual máximo da sua renda mensal, permitido pela legislação aplicável, que você pode comprometer para o PAGAMENTO MÍNIMO das TRANSAÇÕES realizadas com o CARTÃO.

I. CONSIGNAÇÃO – É o desconto efetuado mensalmente pelo ÓRGÃO na sua renda mensal, para o pagamento das TRANSAÇÕES que você realizar com o CARTÃO.

J. AVERBAÇÃO – É a reserva da sua MARGEM CONSIGNÁVEL que realizamos junto ao ÓRGÃO para a CONSIGNAÇÃO mensal dos valores para PAGAMENTO MÍNIMO da FATURA.

K. FATURA – É o instrumento que enviamos a você com a descrição detalhada das TRANSAÇÕES por você realizadas, do seu LIMITE DE CRÉDITO; seu saldo devedor; o valor do PAGAMENTO MÍNIMO descontado, do seu benefício; a data de vencimento; as taxas; as tarifas; o CET; as multas e os ENCARGOS DE FINANCIAMENTO, dentre outros e indicar o valor do saldo devedor não quitado.

L. TRANSAÇÃO – São as compras de bens e/ ou serviços que você realiza nos ESTABELECIMENTOS, na CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM, saque ou transferência eletrônica de recursos que realizamos em conta corrente indicada por você.

M. CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM – São os sistemas de atendimento telefônico ou *internet banking* disponibilizados a você para prestação de serviços, comunicações ou informações de seu interesse.

N. CUSTO EFETIVO TOTAL (CET) – É a taxa percentual anual composta pela taxa de juros, tributos, tarifas, encargos incidentes nas Transações e outras despesas aplicáveis, informado na FATURA e nos CANAIS DE ATENDIMENTO.

O. COMPROVANTE DE DESPESAS – É o documento emitido pelos ESTABELECIMENTOS no momento da realização das despesas/

transações, no qual constam os dados do CARTÃO, dos ESTABELECIMENTOS, data, valores e forma de pagamento (à vista ou parcelado).

P. ENCARGOS DE MORA – São os acréscimos inseridos na sua próxima FATURA caso você não pague o valor total da sua FATURA atual, podendo assumir a forma de (i) juros remuneratórios, por dia de atraso, sobre a parcela vencida; (ii) multa de 2%; ou (iii) juros de mora de 1% ao mês.

Q. ENCARGOS DE FINANCIAMENTO. São os acréscimos (tais como juros, tributos e outras despesas financeiras) decorrentes do financiamento das TRANSAÇÕES realizadas com o seu CARTÃO. Esses acréscimos incidirão sempre que você optar (i) pelo pagamento de compras parceladas com encargos; (ii) pela não complementação do PAGAMENTO MÍNIMO da FATURA, efetuado por meio de desconto em folha de pagamento de seu valor correspondente; (iii) por deixar de pagar o valor proporcional à diferença entre o PAGAMENTO MÍNIMO descontado em folha de pagamento e o valor total da FATURA, na respectiva data de seu vencimento; ou (iv) pela realização de saques com seu CARTÃO, quando autorizado.

R. PAGAMENTO MÍNIMO – Valor descontado diretamente da renda mensal do seu benefício, indicado na FATURA e que representa o percentual de MARGEM CONSIGNÁVEL permitido, nos termos da legislação vigente.

S. PARCEIRO – é o estabelecimento comercial credenciado pelo CETELEM e autorizado a emitir o CARTÃO.

T. PROPOSTA DE ADESÃO – É o documento assinado por você, contendo seus dados pessoais, cadastrais e outras declarações para aquisição do CARTÃO.

U. SENHA – É o seu código de uso pessoal, intransferível e confidencial, composto de números e/ou letras, para a realização de TRANSAÇÕES.

V. SCR – É o Sistema Central de Risco de Crédito do Banco Central do Brasil.

W. INTERNET BANKING – É o nosso canal de Atendimento, disponibilizado para você por meio do site (www.cetelem.com.br).

2. UTILIZAÇÃO DO CARTÃO

2.1. Este Contrato define as condições de aceitação e uso do CARTÃO por você para a realização de TRANSAÇÕES.

2.2. Você autoriza o CETELEM, em caráter irrevogável e irretratável, a promover junto ao ÓRGÃO a AVERBAÇÃO de MARGEM CONSIGNÁVEL para pagamento do valor mínimo de sua FATURA.

2.3. Todas as informações por você prestadas desde o preenchimento da PROPOSTA DE ADESÃO são consideradas verdadeiras, e você se declara ciente e de acordo com todos os termos que lhe foram apresentados.

2.4. Uma vez solicitada e aprovada a PROPOSTA DE ADESÃO, independentemente da realização do desbloqueio do CARTÃO; solicitação de saque ou da efetivação da primeira compra, fica ajustado, desde já, que você está de acordo com todos os termos e condições deste Contrato.

2.5. Esse Contrato poderá ser alterado a qualquer momento e para que você possa ter ciência de todas as modificações, nosso site e INTERNET BANKING estará sempre atualizado com a versão mais recente do Contrato.

2.5.1. Caso você não concorde com as alterações mencionadas no item 2.5 acima, você poderá solicitar o cancelamento do seu CARTÃO em nossa CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM, mas permanecerá responsável pelo pagamento das despesas efetuadas até a data do cancelamento na forma como você contratou (à vista ou parcelado). **Importante! Se você não cancelar seu CARTÃO ou o utilizar após a alteração do Contrato, entenderemos que você aceitou as novas condições do Contrato.**

3. EMISSÃO DO CARTÃO

3.1. Nós somente emitiremos o seu CARTÃO se houver MARGEM CONSIGNÁVEL disponível para AVERBAÇÃO, nos termos da legislação aplicável.

3.2. Após a aprovação da PROPOSTA DE ADESÃO, nós enviaremos o CARTÃO, devidamente bloqueado e a SENHA no endereço indicado por você na PROPOSTA DE ADESÃO.

3.3. Você também poderá solicitar um CARTÃO nos PARCEIROS do CETELEM.

3.4. Ao receber o CARTÃO, você deverá conferir se a correspondência tem sinal de violação, e se os dados nele gravados estão corretos. Antes de fazer uso do CARTÃO, você deverá solicitar seu desbloqueio através da CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM.

3.5. Você deve se responsabilizar pela SENHA do seu CARTÃO, evitando datas de aniversário da família, números sequenciais ou números repetidos. A SENHA do seu CARTÃO é de uso pessoal, intransferível e confidencial, e não pode ser divulgada a terceiros.

4. SERVIÇOS

4.1. Você poderá utilizar o CARTÃO para a realização de TRANSAÇÕES.

4.1.1. Para conhecer mais sobre seu LIMITE DE CRÉDITO, bem como demais produtos e serviços que disponibilizamos para você, contate



a CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM.
4.2. Antes de realizar qualquer TRANSAÇÃO em seu CARTÃO, você deverá se informar, junto ao CETELEM, dos valores de ENCARGOS DE FINANCIAMENTO máximos incidentes sobre as operações, inclusive tarifas, prazos de parcelamento, valores mínimos e máximos, na medida em que forem autorizados na legislação específica emitida pelo ÓRGÃO.

4.3. A sua primeira compra poderá ser realizada assim que o ÓRGÃO aprovar a sua averbação, mesmo antes do recebimento do CARTÃO físico no endereço indicado. Caso tenha dúvidas, entre em contato com a CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM.

5. LIMITES DE CRÉDITO

5.1. Nós disponibilizaremos a você um LIMITE DE CRÉDITO para realização de TRANSAÇÕES com o seu CARTÃO. O LIMITE DE CRÉDITO será atribuído de acordo com nossos critérios de análise e em respeito à reserva de MARGEM CONSIGNÁVEL, nos termos da legislação aplicável.

5.1.1. Você comprometerá o seu LIMITE DE CRÉDITO a cada TRANSAÇÃO realizada. O seu LIMITE DE CRÉDITO é recomposto parcial ou totalmente pela realização do pagamento da FATURA. Se for realizado o pagamento parcial da FATURA, o LIMITE DE CRÉDITO será recomposto de forma proporcional ao que foi pago. Ou seja, se apenas parte de sua FATURA for paga, apenas parte do seu LIMITE DE CRÉDITO será recomposto.

5.2. O seu LIMITE DE CRÉDITO poderá variar em decorrência de variações do valor da sua MARGEM CONSIGNÁVEL, ou por alterações na legislação do ÓRGÃO. Nós também poderemos alterar o seu LIMITE DE CRÉDITO com base nas análises de crédito que realizamos e neste caso você será previamente comunicado. Antes de utilizar seu CARTÃO você deve verificar sempre o seu LIMITE DE CRÉDITO atual.

5.3. Se você realizar compras com pagamento parcelado, o seu LIMITE DE CRÉDITO ficará comprometido em relação ao valor total da TRANSAÇÃO. A recomposição do seu LIMITE DE CRÉDITO ocorrerá de forma proporcional, na medida em que for liquidado o pagamento de cada parcela.

6. RESPONSABILIDADES DO CLIENTE

6.1. Seguem abaixo as responsabilidades que você assume conosco enquanto usuário do CARTÃO:

- Você receberá a SENHA, separadamente do CARTÃO, sendo de sua

responsabilidade preservar o sigilo de tal SENHA.

- Você deverá conferir os valores e lançamentos efetuados pelo ESTABELECIMENTO quando do recebimento de sua via do COMPROVANTE DE DESPESAS ou digitar sua SENHA, conforme o caso (lembre-se que a digitação da SENHA comprovam sua aceitação da operação).
- **Importante! Nós nunca solicitamos SENHAS ou números de cartões via telefone ou e-mail, então se solicitarem que você envie tal tipo de informação, você não deve informar!**
- Se o seu CARTÃO for extraviado, roubado ou furtado, você deverá imediatamente solicitar seu cancelamento por meio da nossa CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM;
- Em caso de bloqueio do seu CARTÃO entre em contato com a nossa CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM;
- Redobre sua atenção ao utilizar seu CARTÃO na *Internet* ou em qualquer outro ambiente digital! As operações efetuadas em ambiente digital, após a inserção de SENHA, são interpretadas como realizadas por você mesmo. Por isso, você é responsável por todos os acessos efetuados em ambiente digital com sua SENHA;
- Confira as DESPESAS lançadas em sua FATURA. Caso exista alguma TRANSAÇÃO irregular, você deverá nos comunicar por meio de nossa CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM. Enquanto estivermos apurando os fatos informados na reclamação, a cobrança dos valores questionados será suspensa, de modo que a cobrança poderá ser cancelada se a sua reclamação estiver correta. Caso sua reclamação não esteja correta, nós iremos realizar a cobrança dos valores contestados na FATURA ao término de nossa análise, acrescidos dos ENCARGOS DE FINANCIAMENTO, multa e juros moratórios; e
- Utilizar o CARTÃO apenas para a compra de bens; saques e/ou serviços para consumo, estando proibida sua utilização para compras de bens ou serviços destinados para revenda (comércio) ou para quaisquer operações proibidas pela legislação brasileira, sob pena de cancelamento imediato do CARTÃO e rescisão deste Contrato. **Importante!**



Você não poderá utilizar seu CARTÃO para pagamento de contas, nos termos da legislação do ÓRGÃO.

- Para a realização de saques, você deverá assinalar tal opção na PROPOSTA DE ADESÃO, bem como indicar a sua conta corrente para o depósito dos recursos pelo CETELEM. Caso você pretenda realizar saques nos terminais de autoatendimento, você deverá digitar a sua SENHA.

6.2. Somente você poderá utilizar o CARTÃO. Em qualquer hipótese, o uso do CARTÃO será de sua total responsabilidade.

6.3. Se você desistir da TRANSAÇÃO com o ESTABELECIMENTO, você deverá solicitar o cancelamento junto ao ESTABELECIMENTO, que deverá lhe entregar um comprovante de cancelamento. **Importante!** Nós não nos responsabilizamos por problemas decorrentes de defeitos ou falhas na aquisição de bens e/ou serviços entre você e o ESTABELECIMENTO, nosso compromisso com você é o fornecimento apenas dos serviços financeiros.

7. EXTRAVIO, FURTO OU ROUBO DO CARTÃO

7.1. No caso de furto ou roubo, perda, quebra, suspeita de utilização por terceiros ou extravio do CARTÃO, você deverá comunicar imediatamente o fato à CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM.

7.2. Até que haja a comunicação da perda, extravio, furto ou roubo do CARTÃO, você continuará responsável pela utilização do CARTÃO e por todos os débitos daí decorrentes, salvo se demonstrada a impossibilidade de comunicação prévia.

8. TARIFAS E SERVIÇOS:

8.1. Queremos que você saiba que alguns serviços prestados a você poderão ser cobrados, nos termos da legislação aplicável. Você deverá arcar com as tarifas e serviços em favor do CETELEM permitidas pelo ÓRGÃO, de acordo com a Tabela de Taxas e Tarifas em vigor e outras que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

- **Tarifa para emissão do CARTÃO (Emissão-CARTÃO CRÉDITO):** Devida quando solicitada a confecção e emissão do CARTÃO;
- **Tarifa para emissão de segunda via de CARTÃO (2ª via-CARTÃO CRÉDITO):** Devida quando solicitada a confecção e emissão de novo CARTÃO, decorrente de perda, roubo, furto, danificação, dentre outros.

8.1.1. Você poderá consultar os valores das tarifas e serviços na Tabela de Tarifas a qualquer tempo pela CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM.

9. FATURAS E PAGAMENTOS

9.1. Nós disponibilizaremos a FATURA mensalmente para você, por meio do e-mail indicado por você na PROPOSTA DE ADESÃO; INTERNET BANKING ou por meio de nossa CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM.

9.1.1. Importante! Caso não receba a FATURA ou o PAGAMENTO MÍNIMO não tenha sido descontado da renda mensal do seu benefício, você ainda deverá realizar o pagamento na data de vencimento, sob pena da cobrança dos ENCARGOS DE FINANCIAMENTO.

9.2. O PAGAMENTO MÍNIMO da sua FATURA será feito sempre por meio de desconto, pelo ÓRGÃO, em seu benefício mensal para posterior repasse ao CETELEM.

9.2.1. Em função dos limites legais estabelecidos, o desconto obrigatoriamente será em valor inferior ao Pagamento Total da FATURA, em percentual pré-determinado pelo ÓRGÃO.

9.3. Até a data de vencimento indicada na FATURA, você deverá:

- (a) efetuar o Pagamento Total do saldo devedor, complementando o desconto feito na sua renda mensal, caso em que não haverá cobrança de ENCARGOS DE FINANCIAMENTO (exceto se houver compras parceladas com encargos); ou
- (b) efetuar o pagamento superior ao valor do PAGAMENTO MÍNIMO indicado na FATURA, complementando o desconto feito na sua renda mensal, caso em que a diferença entre o saldo devedor e o pagamento realizado (denominado "saldo devedor remanescente") ficará sujeita à cobrança dos ENCARGOS DE FINANCIAMENTO, contados a partir da data do vencimento da FATURA.

9.3.1. No caso do item (b) acima, o saldo devedor remanescente será lançado automaticamente na sua FATURA do mês seguinte, acrescido dos ENCARGOS DE FINANCIAMENTO.

9.4. Na hipótese do TITULAR não receber a FATURA em até 02 (dois) dias úteis anteriores ao da data de seu vencimento, deverá solicitar o seu saldo devedor: (a) no site da internet do CETELEM, por meio do INTERNET BANKING ou (b) nos CANAIS DE ATENDIMENTO, devendo pagá-lo em quaisquer Instituições Financeiras conveniadas com o CETELEM.

9.5. Se você não realizar ou atrasar o PAGAMENTO MÍNIMO do saldo devedor da FATURA, o saldo devedor ou integral, conforme o caso será automaticamente financiado por nós. Os ENCARGOS DE FINANCIAMENTO serão aqueles vigentes no dia do vencimento da FATURA.

9.6. Todas as compras parceladas com juros ou saques que você realizar, dentro do LIMITE DE CRÉDITO definido, também serão objeto de financiamento por nós, incidindo os ENCARGOS DE FINANCIAMENTO sobre os valores das parcelas desde a data da realização da TRANSAÇÃO.

9.7. No caso de rescisão do contrato, os ENCARGOS DE FINANCIAMENTO indicados na última FATURA serão aplicados até a data do pagamento.

9.8. Você poderá amortizar ou liquidar antecipadamente o seu saldo devedor, com redução proporcional dos juros e demais acréscimos. Você poderá solicitar seu saldo devedor por meio da CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM, a qual informará o respectivo valor e a forma de pagamento.

9.9. Você deverá informar para nós, por meio da CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM, quaisquer alterações de endereço, residencial ou comercial, número de telefone e e-mail.

9.10. Caso o PAGAMENTO MÍNIMO não seja descontado da renda mensal do seu benefício pelo ÓRGÃO na data de vencimento, você será responsável pelo pagamento integral da sua FATURA.

9.11. Caso você não efetue o pagamento integral da sua FATURA, serão cobrados: todos os juros remuneratórios indicados na FATURA, por dia de atraso, sobre a parcela vencida ou sobre o saldo devedor não liquidado e IOF (imposto sobre operações financeiras) sobre o valor não pago, acrescido dos encargos de atraso, quais sejam multa de atraso sobre o saldo do extrato anterior de 2% e juros de mora de 1% ao mês ou fração de mês em atraso. Todos os juros são apurados desde a data do vencimento da FATURA até seu pagamento total ou até a data de vencimento da próxima FATURA o que ocorrer primeiro.

10. PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Nosso relacionamento será por prazo indeterminado, com início a partir da aprovação de emissão do CARTÃO.

10.2. Cada CARTÃO tem impresso seu prazo de validade. Após este prazo, você deverá destruir os CARTÕES, os quais não poderão mais ser utilizados. Enviaremos novos CARTÕES e SENHAS para você. **Importante! Poderemos enviar na renovação do seu Contrato um CARTÃO com BANDEIRA diferente do anterior. Neste caso, se você desbloquear o CARTÃO, iremos considerar que você concordou com a alteração.**

10.3. Podemos cancelar o CARTÃO, mas neste caso iremos lhe enviar um comunicado com 30

Fls. 94
Publica: 24

dias de antecedência, caso você esteja usando o CARTÃO regularmente. **Você também poderá cancelar o seu CARTÃO a qualquer momento, basta entrar em contato conosco por meio da CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM.** Você permanecerá responsável pelo saldo devedor de seu CARTÃO, mesmo após o cancelamento.

10.4. Importante! Poderemos bloquear e/ou cancelar imediatamente e sem aviso prévio o seu CARTÃO se ocorrer alguma das seguintes situações:

- Omissão de qualquer informação cadastral;
- Fornecimento de informação falsa ou incorreta;
- Atrasos no pagamento dos valores devidos ao CETELEM;
- Falta de atualização das informações cadastrais, em caso de alterações;
- Suspeita de fraude;
- Utilização do CARTÃO para finalidade diversa da autorizada por este Contrato;
- Descumprimento de qualquer condição deste Contrato e/ou da PROPOSTA DE ADESÃO;
- Quando for reconhecido judicialmente que você não possui mais recursos para pagamento do CARTÃO;
- Se tiver (i) restrições de crédito apontadas, por exemplo, pelo Serasa, SCPC, CCF (Cadastro de Emitentes de Cheques sem fundo), títulos protestados ou identidade suspensa; (ii) descumprido qualquer obrigação deste Contrato; e (iii) cheques devolvidos emitidos em seu nome ou (iv) Alteração na MARGEM CONSIGNÁVEL que impossibilite a AVERBAÇÃO mensal;

10.4.1. Nas hipóteses mencionadas acima, o seu contrato será considerado vencido. Nesse caso, o pagamento de todo o saldo devedor remanescente pode ser exigido de uma vez.

10.4.2. Em qualquer hipótese de rescisão do Contrato, você continuará responsável pelo pagamento do saldo em aberto, podendo pagar as compras parceladas nas respectivas datas de vencimento, ou liquidar antecipadamente o saldo devedor, com a proporcional redução de juros, se houver.

10.5. Nós poderemos bloquear provisoriamente o seu CARTÃO caso você não o utilize por mais de 06 (seis) meses. O cancelamento poderá se tornar definitivo se a inatividade continuar por mais 06 (seis) meses. Caso haja o cancelamento e se você não tiver nenhum débito, a sua MARGEM CONSIGNÁVEL será liberada.

11. CRÉDITO CONSCIENTE: Para que você possa sempre usufruir da sua linha de crédito, pedimos para que sempre consulte as informações constantes na FATURA do CARTÃO e no INTERNET BANKING. Ao utilizar um dos serviços disponibilizados no seu CARTÃO que comprometa a sua linha de crédito, você estará automaticamente concordando com eles e com sua forma de cálculo.

12. TROCA DE INFORMAÇÕES: Você concorda e autoriza o CETELEM e as sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico a transmitir seus dados a terceiros para as seguintes finalidades:

- Solicitar informações sobre seus antecedentes de crédito aos serviços de proteção do crédito (tais como SPC, Serasa e Central de Risco do BACEN);
- Trocar e incluir informações cadastrais, financeiras e de crédito a seu respeito nesses bancos de dados e junto às instituições financeiras;
- Realizar a abertura de cadastro para formação de seu histórico de crédito, efetuar consultas e fornecer informações ao respectivo banco de dados e fornecer informações que comprovem o potencial de adimplimento, se manifestada a intenção na PROPOSTA DE ADESÃO;
- Integrar o Sistema Central de Risco de Crédito do BACEN, informando sobre seus pagamentos e valores devidos, podendo prestar ao Banco Central do Brasil as informações exigidas conforme suas normas;
- Comunicar à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda qualquer irregularidade verificada na utilização do CARTÃO, sem prejuízo das medidas punitivas do próprio Banco Central do Brasil; e
- Comunicar ao BACEN e/ou ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras eventuais TRANSAÇÕES que possam estar configuradas na Lei nº 9.613/98 e legislação complementar pertinente à matéria.

12.1. SCR: Sistema de Informação de Crédito:

Você está ciente e autoriza o CETELEM, e as empresas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico deste, a qualquer tempo, a fornecerem ao BACEN, para integrar o Sistema de Informações de Crédito (SCR), informações sobre o valor de suas dívidas vincendas e vencidas, bem como demais informações solicitadas pelo BACEN, e a consultarem o SCR

sobre eventuais informações a seu respeito nele existentes. Você concorda ainda que o BACEN poderá comunicar à Secretaria da Receita Federal qualquer irregularidade verificada na celebração do presente Contrato, sem prejuízo das medidas punitivas do próprio BACEN. A finalidade do SCR é fornecer ao BACEN informações sobre operações de crédito para supervisão do risco de crédito e compartilhamento de informações entre instituições financeiras. Você poderá ter acesso aos seus dados constantes do SCR por meio dos canais disponíveis pelo BACEN. Em caso de divergência nos dados do SCR fornecidos pelo CETELEM, você poderá solicitar a correção por meio da CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Você concorda e está ciente que poderemos ceder e transferir, total ou parcialmente, os seus direitos e/ou obrigações deste Contrato para terceiros, a qualquer tempo. Caso seu crédito seja objeto de cessão de crédito você será comunicado sobre a cessão, bem como seus dados para que você proceda ao pagamento de seu débito.

13.2. Você deverá conferir os valores lançados na FATURA e, no prazo máximo de 90 dias corridos após a data da compra e/ ou saque, deverá comunicar o CETELEM por meio da CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM qualquer irregularidade verificada. Após esse prazo, consideramos aceitas as TRANSAÇÕES lançadas.

13.2.1. Durante o período em que estivermos apurando os fatos informados na sua reclamação, a cobrança dos valores questionados será suspensa. Após a apuração final, o CETELEM comunicará as conclusões a você. Caso sua reclamação tiver sido correta, nós cancelaremos a cobrança dos valores contestados da FATURA e os respectivos encargos. Caso sua reclamação seja considerada improcedente, os valores contestados serão cobrados na próxima FATURA, acrescidos dos ENCARGOS DE FINANCIAMENTO, multa e juros moratórios.

13.3. Respeitando a Lei Federal nº. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), informamos que iremos coletar; utilizar; armazenar; tratar e proteger seus dados pessoais inseridos no INTERNET BANKING do CETELEM para fins de autenticação digital, se o caso. Estas informações serão utilizadas por nós para comprovação de sua identidade quando realizar operações conosco, podendo estes dados ser armazenados por até 05 (cinco) anos após o encerramento de seu Contrato.



13.4. Você declara que observa expressamente a legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente, bem como às Normas de Prevenção e à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e de Atos de Corrupção e Lesivos contra a Administração Pública Nacional e Estrangeira e que comunicará imediatamente o CETELEM caso tenha ciência de qualquer ato ou fato relacionado a este contrato que viole referidas normas, podendo o CETELEM tomar as providências que entender necessárias.

13.5. Você expressamente concorda e está ciente de que o CETELEM poderá compartilhar com as sociedades pertencentes ao seu grupo econômico, seus dados pessoais constantes de seu banco de dados.

13.6. Você está ciente de que o CETELEM poderá realizar comunicações, respeitada a legislação em vigor, por meio dos contatos e endereço indicados na PROPOSTA DE ADESÃO, inclusive por meio eletrônico (SMS, MMS, PUSH, correspondência promocional e mídias sociais, tais como Facebook e Whatsapp), relacionadas ao Contrato e outras operações de crédito por você contratadas perante o CETELEM. Caso não queira mais receber estas comunicações, você poderá solicitar o cancelamento por meio da nossa CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM.

13.7. A CETELEM SERVIÇOS LTDA. (CNPJ/MF nº 03.110.600/0001-09) poderá entrar em contato com você para, em nosso nome, receber valores e dar quitação, bem como praticar os demais atos deste Contrato.

13.8. Qualquer tolerância nossa quanto ao eventual descumprimento das suas obrigações será mera liberalidade, não implicando em renúncia ou modificação deste Contrato, que permanecerá válido integralmente.

13.9. Fica eleito o foro da Comarca do domicílio do titular do CARTÃO para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias que venham a surgir em virtude deste Contrato.

14. **CONTRATAÇÃO DIGITAL:** Se o seu Contrato foi realizado por meios eletrônicos (exemplo: nosso INTERNET BANKING ou site de algum PARCEIRO nosso), você reconhece que este meio de contratação é válido, bem como todas suas etapas, e que sua identificação no momento da contratação, composta por seu nome de usuário e SENHA, ou qualquer outro dispositivo de segurança que nós te apresentarmos são prova de sua concordância com este formato de contratação. Qualquer discordância relacionada a esta forma de contratação deverá ser acompanhada de prova, nos termos do artigo 10º, parágrafo segundo da Medida Provisória nº. 2.200-2/ 2001 e do artigo 225 do Código Civil.

Este contrato está registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Barueri – SP, sob nº _____, e é parte integrante da PROPOSTA DE ADESÃO firmada pelo TITULAR.

TELEFONES E ENDEREÇOS PARA CONTATO:

CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM: Atendimento, consultas e solicitações de segunda-feira a sábado, das 08:00 às 22:00 horas.	4004 5280 (Capitais e regiões metropolitanas) 0800 701 5280 (outras localidades)
SAC (Serviço de Atendimento ao cliente): Sugestões, reclamações e cancelamentos 24 horas, 07 dias por semana.	0800 286 8877
OUVIDORIA (Caso não esteja satisfeito com as soluções da Central de Relacionamento ou do SAC): de segunda a sexta das 9h às 18h.	0800 722 0401
DEFICIENTE AUDITIVO: Atendimento 24 horas por dia, 07 dias por semana.	0800 726 0604
INTERNET BANKING	www.cetelem.com.br
SMS INTERATIVO	www.cetelem.com.br/sms
APLICATIVO CETELEM	https://play.google.com/store
APLICATIVO WHATSAPP	https://play.google.com/store



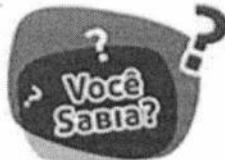


DOC.06

Cetelem Inform@



CARTÃO CONSIGNADO

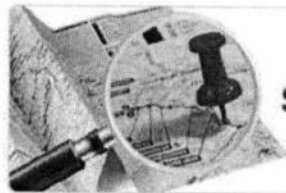


Através do site www.cetelem.com.br o cliente que tem um **CARTÃO CONSIGNADO** poderá acompanhar o status da entrega do seu cartão:



Entrega do Cartão

Você está aqui: Home > Para Você > Acompanhe a entrega do seu Cartão



ACOMPANHE O STATUS DA ENTREGA DO SEU CARTÃO



Para acompanhar o status da entrega do seu cartão, informe os dados abaixo:

Digite o número de CPF do Titular:

Digite a data de nascimento:

-ou-

Digite o e-mail do Titular:

CONSULTAR

- Este é um comunicado interno, enviado via e-mail, pela Área de Produtos de Crédito Consignado e não substitui a leitura de Normativos, Intranet e demais materiais.

- Caso não deseje mais receber os comunicados, envie um e-mail para nac@cetelem.com.br e solicite a exclusão de seu nome.

- Em caso de inclusão de nome na lista de envios, utilize o mesmo procedimento.



Cetelem Inform@



Prezado Correspondente,

As informações cadastrais dos clientes nas digitações de propostas são de extrema importância para avaliação do crédito, seja para as operações de **Empréstimo** ou **Cartão Consignado**.

A digitação dos dados incorretos como data de nascimento, endereço e telefone, podem ocasionar reprovações nas propostas. Por isso, é importante confirmar os dados do cliente antes da digitação, além de obter as cópias dos documentos físicos necessários para a composição do dossiê.

Além de facilitar a aprovação do crédito, os dados atualizados favorecem a comunicação com o cliente e faz com que tenhamos êxito no envio do cartão consignado para o endereço correto do cliente.

Atenciosamente,
Cetelem

- Este é um comunicado interno, enviado via e-mail, pela Área de Produtos de Crédito Consignado e não substitui a leitura de Normativos, Intranet e demais materiais.
- Caso não deseje mais receber os comunicados, envie um e-mail para nac@cetelem.com.br e solicite a exclusão de seu nome.
- Em caso de inclusão de nome na lista de envios, utilize o mesmo procedimento.





DOC.07

BANCO CETELEM S/A

Alameda Rio Negro, nº 161, 17º Andar.

Alphaville - CEP 06454-000

Barueri - São Paulo - Brasil

**PROPOSTA DE ADESAO – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO****I. DADOS DO CLIENTE:**

Nome:		CPF:	
RG:	Órgão Emissor:	UF:	Data de Nascimento:
Sexo:	Estado Civil:	Nome da mãe:	
Convênio:	Nº Benefício:	Valor do Benefício:	
Endereço Res.		Nº	Compl.:
Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
Telefone Res.:	Celular:	E-mail:	

II. DADOS DO CORRESPONDENTE:

Nome do Agente:	CPF:
-----------------	------

III. CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA:

Valor do limite*:	Valor mínimo*:
Taxa de emissão de cartão:	Taxa de juros: %a.m %a.a

Valores sujeitos a alteração – caso ocorra alteração, esta será informada quando do envio do Cartão.Importante: O CET (Custo Efetivo Total) das compras efetuadas com o cartão será informado mensalmente, quando do envio da fatura.*

IV. REALIZAÇÃO DE SAQUE: Solicito neste ato a realização de um saque mediante débito em meu Cartão de Crédito, no valor e condições abaixo especificadas. Estou ciente que o saque solicitado está sujeito à cobrança dos encargos abaixo indicados desde a data de sua realização até a data de seu efetivo pagamento.

DE ACORDO:

Liberação de recursos financeiros? () SIM () NÃO		Qual é o Valor?
(Em caso positivo, favor preencher) () TED/ DOC		Tipo da Conta: () Corrente () Poupança
Banco:	Agência:	Número da Conta:
Taxa de juros: %a.m %a.a	Custo Efetivo Total (CET) *: %a.m %a.a	

**Valores sujeitos a alteração – caso ocorra alteração, esta será informada quando do envio da fatura.*

V. PESSOAS POLITICAMENTE EXPOSTAS: Consideram-se Pessoas Politicamente Expostas (PPE's) os agentes públicos ou que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos 05 (cinco) anos (retroativos a esta data), no Brasil ou no Exterior, empregos ou funções públicas relevantes, nas esferas Federais, Estaduais, Municipais ou em empresas ou autarquias de controle sócio administrativo governamental. São considerados PPE's também os representantes dos agentes públicos identificados como PPE's assim como seus familiares até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro (a), enteado (a) e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Sou uma Pessoa Politicamente Exposta (PPE)? () SIM (qual o motivo) () NÃO

VI. AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO: Autoriza o cliente em caráter irrevogável e irretratável ao Banco Cetelem S/A a proceder à Reserva de Margem Consignável – RMC em seu favor visando à realização de desconto mensal em sua remuneração para pagamento do valor correspondente ao mínimo da fatura mensal do Cartão, até a liquidação do saldo devedor, conforme legislação vigente.

VII. DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA: Declaro que não possuo comprovante de endereço em meu nome, informando ser meu domicílio o endereço indicado no item I. "Dados do Cliente":

() Sim () Não se aplica

VIII. SCR: Declaro que todas as informações por mim prestadas são verídicas, bem como autorizo o CETELEM a efetuar as verificações necessárias para a análise cadastral e de crédito. Declaro, ainda, que li e concordo com todas as condições previstas no Contrato de Adesão ao Cartão de Crédito Consignado Cetelem. Tenho ciência que irei receber o Cartão de Crédito Consignado Cetelem bloqueado, a senha para o respectivo desbloqueio e o Sumário Executivo do meu Contrato de Adesão ao Cartão de Crédito Consignado Cetelem. Eu autorizo e estou ciente que o CETELEM e as sociedades pertencentes ao mesmo Grupo Econômico desse poderão fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o Sistema de Informações de Crédito (SCR), informações a respeito de minhas operações de crédito, vencidas ou à vencer, compartilhar essas informações entre instituições financeiras e prestar todas as informações exigidas pela regulamentação vigente.

IX. AUTORIZAÇÕES: Você autoriza o BANCO CETELEM, respeitada a legislação em vigor, a utilizar-se destes dados

22.013.04 A

5-SCOM02.38

para oferta por qualquer meio, inclusive telefônico, e-mail, SMS e correspondências promocionais, considerando que tal autorização poderá ser cancelada a qualquer momento?

() sim, autorizo () não, não autorizo Assinatura: _____

X. CONDIÇÕES GERAIS:

A. Declaro estar ciente que a validade e eficácia dos valores contidos nesta Proposta de Adesão estão condicionados à confirmação da margem consignável por parte do Órgão Empregador acima informado;

B. Declaro estar ciente que caso o Órgão Empregador não confirme a averbação da totalidade do empréstimo, os valores contidos nesta Ficha Cadastral/Proposta de Empréstimo poderão sofrer alteração e serão reduzidos proporcionalmente ao valor da margem que estiver disponível;

C. Declaro ter conhecimento prévio à contratação do Custo Efetivo Total - CET desta operação, estando ciente da possibilidade de alteração dos valores constantes no campo II acima, caso a data de liberação dos recursos contratados seja alterada e/ou o Órgão Empregador não confirme a averbação da totalidade dos valores solicitados;

D. Declaro estar ciente que quando a averbação for concluída junto ao Órgão Empregador, as condições financeiras e o Custo Efetivo Total final serão informados pela CETELEM.

E. Caso eu venha a exercer o direito de arrependimento, previsto no Artigo 49, CDC, comprometo-me a entrar em contato com a CETELEM, no prazo máximo de 7 dias, a contar da data de assinatura desta, por meio dos canais de atendimento da CETELEM, para proceder à devolução de eventuais valores já gastos pelo mesmo para quitação de outras operações; caso contrário, estou ciente de que estes valores me serão cobrados pela CETELEM.

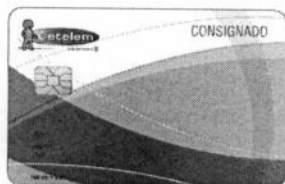
F. Declaro ser responsável pela exatidão das informações prestadas, à vista dos originais do CPF, comprovantes de endereço e de rendimento, relação de bens patrimoniais (pessoa física) e outros, comprobatórios dos demais elementos de informação apresentados, sob pena de aplicação do disposto no artigo 64, da Lei nº 8.383, de 30/12/1991.

G. Autorizo a CETELEM a solicitar minhas informações de crédito aos serviços de proteção do crédito (tais como SPC, Serasa e Central de Risco do Banco Central do Brasil) e também a trocar e incluir informações cadastrais, financeiras e de crédito a meu respeito nesses bancos de dados e junto às instituições financeiras, sempre conforme legislação em vigor.

H. DECLARO, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, TER CONHECIMENTO DE QUE A AUSÊNCIA DE PAGAMENTO INTEGRAL DO VALOR DA FATURA NA DATA DE SEU VENCIMENTO REPRESENTA, DE FORMA AUTOMÁTICA, O FINANCIAMENTO DE MEU SALDO DEVEDOR, SOBRE O QUAL INCIDIRÃO OS ENCARGOS DESCRITOS NO ITEM III.

XI. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Esta Proposta de Adesão é parte integrante do "Contrato de Prestação de Serviços de Emissão e Administração dos Cartões de Crédito Consignado Cetelem", registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Barueri - SP, sob nº, 1.394.656.

Local e Data: _____, ____/____/____.



Parabéns! Você está adquirindo o Cartão de Crédito Consignado Cetelem.



Emitente (Ou Familiar, em caso de analfabeto).



Testemunha (em caso de Analfabeto):

Nome: _____

CPF: _____

Polegar direito do emitente



CRC - CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETELEM: 4004 7990 (Capitais e Regiões Metropolitanas) ou 0800 704 1166 (Demais localidades).

SAC Para reclamações e quaisquer informações sobre a operação contratada, sugestões e dúvidas: 0800 286 8877/ Deficiente Auditivo: 0800 726 0604

OUVIDORIA Para clientes que já acionaram a Central de Relacionamento ou o SAC e não se sentiram satisfeitos com as soluções apresentadas pelo CETELEM: 0800 722 0401

Site: www.cetelem.com.br



DOC.08



TERMO DE CONSENTIMENTO AO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO CETEMEM



Dados do **CLIENTE**:
Nome: _____

CPF: _____

Eu, **CLIENTE**, concordo e estou ciente que:

- (i) este Termo faz parte da Proposta de Adesão ao Contrato de Adesão ao **Cartão de Crédito Consignado** ("PROPOSTA") e desta não pode ser separado. Na PROPOSTA estão descritas todas as minhas informações cadastrais, percentual de desconto em meu benefício, dentre outros dados;
- (ii) por meio da PROPOSTA, estou contratando um **Cartão de Crédito Consignado** ("CARTÃO"), e não um empréstimo consignado;
- (iii) **as regras aplicáveis ao CARTÃO são estabelecidas pelo INSS, de acordo com as normas vigentes, as quais são integralmente observadas pelo CETEMEM**;
- (iv) poderei utilizar o **CARTÃO** para realizar compras de bens e/ou serviços nos ESTABELECIMENTOS; efetuar saques em caixas de autoatendimento ou transferências de valores para minha conta corrente por meio da CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETEMEM, e outros serviços financeiros que o CETEMEM pode vir a me disponibilizar;
- (v) poderei realizar o pagamento do valor integral da FATURA do **CARTÃO**, sendo que **apenas** será descontado do meu benefício o percentual de 5%, que será destinado ao Pagamento Mínimo da FATURA. Se eu optar por não pagar o valor integral da FATURA, ou não efetuar o Pagamento Mínimo, sobre o valor não pago ou a diferença entre o valor integral e o Pagamento Mínimo incidirão ENCARGOS DE FINANCIAMENTO descritos no **Contrato de Adesão ao Cartão de Crédito Consignado** ("CONTRATO");
- (vi) existem outras opções de crédito disponibilizadas pelo CETEMEM, como o empréstimo consignado, com taxas de juros inferiores ao **CARTÃO**, tendo sido minha escolha optar pelo **CARTÃO**;
- (vii) **que o teto máximo de juros que o CETEMEM cobrará ao mês do meu CARTÃO segue as regras estabelecidas pelo INSS**;
- (viii) em tendo optado por realizar um SAQUE quando assinei a PROPOSTA, o valor do SAQUE será pago juntamente com as demais despesas da FATURA de meu **CARTÃO**, e que o valor do SAQUE será depositado na minha conta corrente indicada na **PROPOSTA**;
- (ix) recebi o demonstrativo do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura deste Termo; e
- (x) poderei solicitar a amortização ou a liquidação antecipada do meu saldo devedor com a redução proporcional dos juros e demais acréscimos por meio da CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETEMEM, a qual me informará o respectivo valor e a forma de pagamento.

Local e Data: _____, ____/____/____

Assinatura do Cliente: _____

Testemunha: _____

Nome e Documento da Testemunha: _____ CPF: _____

Polegar direito do cliente

Canais de Atendimento CETEMEM:

CRC – CENTRAL DE RELACIONAMENTO CETEMEM: 4004 7990 (Capitais e Regiões Metropolitanas) ou 0800 704 1166 (Demais localidades).

SAC: Para reclamações e quaisquer informações sobre a operação contratada, sugestões e dúvidas: 0800 286 8877/

Deficiente Auditivo: 0800 726 0604.

Ouvidoria: Para clientes que já acionaram a Central de Relacionamento ou o SAC e não se sentiram satisfeitos com as soluções apresentadas pelo CETEMEM: 0800 722 0401

Site: www.cetelem.com.br



DOC.09

CONTRATO DE SUBSTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS DE CORRESPONDENTE

Pelo presente Instrumento, as partes:

1. CORRESPONDENTE MASTER

Razão Social: SOLO PROMOTORA ASSESSORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA	
Endereço: RUA VINTE DE SETEMBRO, 3838	
CNPJ/MF: 04.314.652/0001-51	Bairro: CENTRO
CEP: 93800-000	Cidade/UF: SAPIRANGA/RS

2. SUBSTABELECIDA

Razão Social: R F HOLANDA CONSULTORIA ASSESSORIA & GESTAO EMPRESARIAL LTDA ME	
Endereço: R RIO VERDE, 311	
CNPJ/MF: 11.238.330/0001-36	Bairro: FREGUESIA DO O
CEP: 02934-000	Cidade/UF: SÃO PAULO/SP

3. ANUENTE:

BANCO BGN S/A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.558.456/0001-71, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, localizado na Avenida Fernando Simões Barbosa, 266, Sala 101, Bairro Boa Viagem, CEP: 51.020-390, doravante simplesmente denominado **ANUENTE**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social.

Firmam o presente **CONTRATO DE SUBSTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS DE CORRESPONDENTE**, conforme cláusulas e condições a seguir:

1. O CORRESPONDENTE MASTER firmou Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente com o **ANUENTE**, cujo objeto é a prestação de serviços para o desempenho das funções de correspondente, na captação e encaminhamento de pedidos de empréstimos pessoais consignados em folha de pagamento, financiamentos de bens e serviços e quaisquer outros produtos que sejam oferecidos pelo **ANUENTE** e suas filiais em todo o país, regendo-se aludido contrato pelas normas editadas pelo Banco Central do Brasil, em especial a Resolução nº 3.954 de 24/02/2011, Resolução nº. 3.959 de 01/04/2011 e suas alterações posteriores.

2. O CORRESPONDENTE MASTER substabelece parcialmente o contrato supramencionado, concedendo, neste ato, autorização expressa à **SUBSTABELECIDA** e suas filiais para praticar atos e funções desempenhadas junto ao **ANUENTE**.

3. Pelos serviços prestados, que serão indicados pelo ANUENTE, a SUBSTABELECIDA fará jus a uma remuneração correspondente ao percentual calculado sobre os valores principais líquidos das operações de empréstimos firmados ao amparo do presente Substabelecimento. Referida remuneração poderá ser revista, a qualquer tempo, pelo **ANUENTE**.

3.1. A remuneração da SUBSTABELECIDA, especificada no caput desta Cláusula, será paga diretamente pelo ANUENTE, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal de Serviços pela SUBSTABELECIDA.

- 3.2. As operações fraudadas, liquidadas antecipadamente em até 03 meses da data da assinatura do contrato de empréstimo/financiamento pelo Cliente, ou que não forem devidamente averbadas em favor do **ANUENTE** não serão consideradas como serviços prestados e, conseqüentemente, não serão computadas para efeito de pagamento da remuneração prevista no caput desta Cláusula.
4. Os tributos incidentes ou que venham a incidir em decorrência direta ou indireta do presente instrumento, ou de sua execução, serão pagos respectivamente pela parte responsável pelo tributo, na forma da legislação aplicável.
5. Caso o **CORRESPONDENTE MASTER** e/ou o **ANUENTE** seja obrigado a recolher em nome e por conta da **SUBSTABELECIDA** o ISS incidente sobre os serviços prestados por ela, o valor desse tributo será abatido das remunerações a serem pagas à **SUBSTABELECIDA**.
6. O **CORRESPONDENTE MASTER** oferecerá à **SUBSTABELECIDA** e suas filiais, através de profissional designado para tanto, treinamento específico para a prestação dos serviços, bem como para a implantação dos equipamentos necessários à operação.
7. O **CORRESPONDENTE MASTER** disponibilizará, após receber do **ANUENTE**, o material institucional para realizar a identificação da **SUBSTABELECIDA** e suas filiais como prestadora de serviços, bem como o material promocional destinado ao público.
8. A **SUBSTABELECIDA** e suas filiais declaram que conhece as normas que regem o sigilo bancário, especialmente as constantes da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e artigo 18 da Lei nº. 7.492, de 16 de junho de 1986, e se obriga, por si, seus prepostos e funcionários, a manter o mais absoluto sigilo sobre todas as operações realizadas, os resultados e análises que não sejam comprovadamente de domínio público, as informações, dados, materiais e documentos do **ANUENTE** e de seus clientes, a que tenha acesso e dos quais tenha ciência, voluntária ou involuntariamente por força deste instrumento, obrigando-se a não divulgar, comunicar e nem fazer uso de quaisquer dessas informações, dados, materiais e documentos, sob pena de responsabilidade pelas perdas e danos que causar ao **ANUENTE**.
9. A **SUBSTABELECIDA** autoriza desde já e expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, o **CORRESPONDENTE MASTER** e/ou o **ANUENTE** a proceder a compensação de que trata o artigo 368 do Código Civil entre qualquer valor devido pela **SUBSTABELECIDA** por força deste instrumento e qualquer crédito do qual seja titular a **SUBSTABELECIDA**, existente ou que venha a existir, vencido ou vincendo e do qual seja devedora o **CORRESPONDENTE MASTER** e/ou o **ANUENTE** ou instituições a um deles ligadas.
10. Qualquer tolerância ou liberalidade de qualquer das partes quanto a eventuais descumprimentos ou infrações, bem como à exigência do cumprimento das cláusulas e condições contidas no presente instrumento e do que lhe assegura a lei, não caracterizará novação, precedente, renúncia de direitos e nem mesmo extinção das respectivas obrigações, podendo as partes exigir o cumprimento de tais obrigações a qualquer tempo.
11. A **SUBSTABELECIDA** responde por todas as obrigações assumidas pelo **CORRESPONDENTE MASTER** oriundas do Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente especificado no item 1, ficando ratificados todos os termos e cláusulas do mesmo que não conflitem com o presente, tendo a **SUBSTABELECIDA**, inclusive, tomado ciência e concordando com tudo o que fora lá contratado. Referidas obrigações estão reproduzidas no Anexo 1 do presente Instrumento.

12. Comparece ao presente instrumento o **ANUENTE** qualificado no preâmbulo deste, concordando expressamente com todos os termos ora ajustados, em consonância com as Resoluções nº 3.954 de 24/02/2011, Resolução nº. 3.959 de 01/04/2011 e suas alterações posteriores.

13. O presente Instrumento vigorará enquanto perdurar o Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o **CORRESPONDENTE MASTER** e o **ANUENTE**, podendo ser rescindido pelo **ANUENTE** a qualquer momento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Feito em 02 de JULHO de 2013.

6.º TABELIONATO
Porto Alegre

25.º
Fernanda Felix

CORRESPONDENTE MASTER
EVALDO ROSA
FERREIRA
(Representante Legal)

SUBSTABELECIDADA
ROBERTO
(Representante Legal)

ANUENTE

Testemunhas:

1. Bianca Mulipiani

Nome:

Bianca C. Mulipiani Rosariques

CPF: 338.461.328-20

2.

Kharen de S. Cesar
RG. 26.107.018-6
CPF 293.462.928-73

6.º TABELIONATO DE NOTAS
DE PORTO ALEGRE

Av. Benjamin Constant, 1921
Porto Alegre - RS
Fone/Fax: (51) 3343.5054
sextotab@terra.com.br

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de: EVALDO FRANCISCO DA ROSA por SOLO - PROMOTORA ASSESSORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA., indicada com a seta de uso deste Tabelionato.++++++
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Porto Alegre, 18 de julho de 2013.
Emol. R\$ 4,70 - SELO: 0459.01.1300006.60690 (R\$ 0,30)

Cristiano da Silva Torres
Escritor Autorizado

25º Tabelião de Notas da Capital-SP - R. Afonso Sardinha, 290-T: 3836-1522
Reconheço por SELO/HAQUI/VER. 0001 firma(s) de:

ROBERTO FERREIRA

SAD PAULO, 04/07/2013.

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE

OSCAR LOPES DE LIMA-CARLOS E CELESTINO-BRIGER J. DA SILVA-
AILTON N. DA SILVA-HELSON A.P. DOS SANTOS (ESCREVENTES) Custas: R\$6,50

TEM VALIDADE SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE



ANEXO 1

Este documento é parte integrante do **CONTRATO DE SUBSTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS DE CORRESPONDENTE** e reproduz as obrigações previstas nas Cláusulas 3, 4, 6, 7, 8 e 10 do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o **CORRESPONDENTE MASTER ("CONTRATADA")** e o **ANUENTE ("BGN")**, que se aplicam integralmente à **SUBSTABELECIDA** e suas filiais.

Cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços

3. RESPONSABILIDADE DO CORRESPONDENTE:

3.1. Observar rigorosamente as condições determinadas pelo **BGN**, devidamente fixadas nos manuais específicos que lhe forem entregues, os quais constituirão, a partir do momento de seu recebimento, parte integrante e complementar do presente Contrato.

3.2. Divulgar ao público sua condição de prestador de serviços do **BGN**, identificado pelo nome com que é conhecido no mercado, com descrição dos produtos e serviços oferecidos e telefones dos serviços de atendimento e de ouvidoria do **BGN**, por meio de painel visível mantido nos locais onde seja prestado atendimento aos Clientes.

3.3. Identificar potenciais Clientes interessados na obtenção de Operações de Crédito, prestando todos os esclarecimentos e orientações sobre a forma e condições das Operações, em observância do plano de qualidade do atendimento estabelecido pelo **BGN** e levado a conhecimento do **CORRESPONDENTE**.

3.4. No atendimento aos Clientes, o **CORRESPONDENTE** deverá, obrigatoriamente, apresentar os produtos financeiros oferecidos, zelando sempre pela transparência e informação ao consumidor.

3.5. Promover a oferta dos produtos financeiros, bem como o cadastro dos Clientes, apenas encaminhando as solicitações de crédito, com estrita observância das regras e diretrizes do **BGN**.

3.6. Providenciar toda a documentação necessária à formalização das Operações de Crédito, incluindo, mas não se limitando, ao preenchimento das fichas cadastrais, assinaturas dos Clientes, por meio dos contratos padronizados do **BGN**, cujos formulários impressos serão entregues ao **CORRESPONDENTE**, conforme previsto no item 2.3, responsabilizando-se pela veracidade das informações, existência física e conferência dos documentos.

3.7. Tomar as providências necessárias para o perfeito fluxo de documentos e veracidade das informações entre os Clientes e o **BGN** e/ou entre o próprio **CORRESPONDENTE** e o **BGN**.

3.8. No caso de Empréstimo Consignado, o **CORRESPONDENTE** deverá obedecer rigorosamente às determinações de cada Convênio firmado pelo **BGN** com os Órgãos Públicos.

3.9. Apresentar ao Cliente, previamente à contratação, informações detalhadas sobre o Custo Efetivo Total (CET) da operação a ser realizada, através de planilha discriminativa dos cálculos que o compõem, nos termos da Resolução nº. 3.517, de 06/12/2007 publicada pelo Banco Central do Brasil e alterações posteriores.

3.9.1. O **CORRESPONDENTE** deverá utilizar, exclusivamente, dos padrões, normas operacionais e tabelas definidas pelo **BGN**, inclusive na proposição ou aplicação de tarifas, taxas de juros, cálculo do Custo Efetivo Total (CET) e

quaisquer quantias auferidas ou devidas pelo Cliente, inerentes aos produtos e serviços fornecidos pelo **BGN**.

3.10. Responder pelo comportamento e eficiência e todos os atos praticados pela equipe sob sua subordinação, prestando um atendimento adequado aos Clientes, garantindo à integridade, a confiabilidade e segurança das operações. O **CORRESPONDENTE** compromete-se a realizar substituições de seus colaboradores, tão logo seja constatada qualquer atitude irregular ou prejuízo causado, seja ao **BGN** ou aos seus Clientes, responsabilizando-se por eventuais danos causados.

3.11. Obter a homologação e a reserva de margem consignável junto ao Órgão Público pagador respectivo, quando permitido por este, nos termos da sistemática legal aplicável, quando se tratar de Operações de Empréstimo Consignado.

3.12. Responder pelo bom uso dos códigos e senhas de acesso aos sistemas fornecidos pelo **BGN**, que são confidenciais e intransferíveis, para execução dos serviços contratados no presente Contrato, bem como para consulta, exclusão, inserção de informações e obtenção de reserva e homologação de margem consignável junto ao Órgão Público, quando permitido por este, para Operações de Empréstimo Consignado.

3.12.1. O **CORRESPONDENTE** é responsável, de maneira irrevogável e irretratável, por quaisquer perdas e danos que o **BGN** possa vir a sofrer em função da utilização indevida dos códigos e senhas de acesso dos sistemas fornecidos, por si ou através de seus representantes, funcionários, prepostos ou franqueados.

3.13. Ressarcir ao **BGN** os prejuízos que este venha a sofrer em razão de seus atos, de seus prepostos ou pessoas por ela contratadas, que prejudiquem os Clientes ou o **BGN**, inclusive por perdas, danos e lucros cessantes, a serem apurados na forma deste Contrato e, subsidiariamente, da legislação aplicável.

3.14. Sanar, tão logo detectadas e no prazo de até 10 (dez) dias úteis, quaisquer irregularidades na formalização das Operações de Crédito, sob pena de suspensão de novos pagamentos até que proceda referida regularização, sem prejuízo das demais implicações legais e contratuais existentes.

3.15. Manter com os integrantes de sua equipe envolvidas no atendimento aos Clientes relação formalizada mediante vínculo empregatício ou vínculo contratual de outra espécie, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas, civis, fiscais e previdenciários.

3.16. Realizar atendimento aos clientes e usuários relativo a demandas envolvendo esclarecimentos, obtenção de documentos, liberações, reclamações e outros referentes aos produtos e serviços fornecidos, as quais deverão ser encaminhadas de imediato ao **BGN** quando não forem resolvidas pelo **CORRESPONDENTE**, no prazo definido na regulamentação em vigor.

3.17. Assegurar o uso de crachá pelos integrantes de sua equipe que prestem atendimento nas operações fornecidas pelo **BGN**. Referido crachá deverá ficar exposto de forma visível ao Cliente e deverá conter: denominação do **CORRESPONDENTE**, nome da pessoa responsável pelo atendimento e seu número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

3.18. Assegurar que os integrantes de sua equipe, que prestam atendimento aos clientes do **BGN**, sejam considerados aptos em exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica, devendo manter relação permanentemente atualizada perante o **BGN** dos integrantes de sua equipe, com os dados do respectivo

processo de certificação, nos moldes do formulário disponibilizado pelo **BGN** para esta finalidade.

3.19. Garantir a identificação, através do nome e da inscrição no CPF, do integrante da equipe do **CORRESPONDENTE** que procedeu ao atendimento ao cliente na documentação encaminhada ao **BGN** para decisão sobre aprovação da operação pleiteada.

3.20. Levar ao conhecimento do **BGN**, por escrito, qualquer modificação de sua estrutura societária, encaminhando os respectivos documentos comprobatórios, sendo facultado ao **BGN**, em decorrência da alteração societária promovida, optar pela rescisão do Contrato.

3.21. Solicitar, exclusivamente através do e-mail cad@cetelem-bgn.com.br, e através de e-mail do **CORRESPONDENTE** previamente cadastrado junto ao **BGN** para esta finalidade, adiantamento de recursos para liquidação de contratos havidos pelos clientes em outras Instituições Financeiras, devendo constar obrigatoriamente da solicitação:

3.21.1. Informação precisa da forma de liquidação do contrato mantido pelo cliente junto à outra instituição financeira, que contemple: (a) o número da conta corrente, Banco e Agência do Correspondente onde o numerário deverá ser depositado, ou, (b) o número da conta, da Agência e do Banco, bem como o CNPJ do Banco, quando a forma de liquidação desses contratos for por crédito em conta através de TED, DOC ou Ordem de Pagamento, ou, ainda, (c) a indicação de que o pagamento deverá ser feito através da liquidação de ficha de compensação (boleto bancário); e

3.21.2. Os dados da operação a ser realizada pelo cliente com o **BGN**, tais como: Nome e CPF do cliente, valor pleiteado para operação, prazo e valor da margem consignável do cliente.

3.21.3. Qualquer outra forma de solicitação que não prevista neste Instrumento não será reputada como válida, não gerando efeitos ao **BGN**, ficando o **CORRESPONDENTE** desde já ciente e de acordo com eventual responsabilização em decorrência de eventual impossibilidade de averbação da operação em decorrência da falha de comunicação.

3.22. Enviar os contratos dos clientes e respectivos documentos ao **BGN**, inclusive comprovantes de quitação de dívidas havidas pelos clientes em outras Instituições Financeiras nos termos do item 3.21 em até D + 30 (trinta dias úteis) contados a partir da data do efetivo pagamento ao cliente (*leia-se D = Data da Integração ou Liberação do recurso ao cliente, mais trinta dias úteis*), sendo o **CORRESPONDENTE** responsável pela guarda e conservação dos documentos na qualidade de depositário fiel, nos termos do Código Civil Brasileiro.

3.22.1. Depois de decorrido o prazo estipulado neste item sem o envio da documentação completa solicitada pelo **BGN** em seus manuais operacionais, o **CORRESPONDENTE** faculta ao **BGN**, ao seu critério, a aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

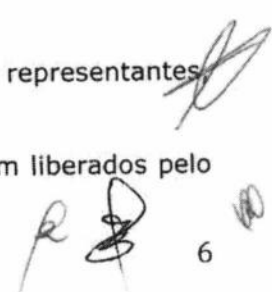
4. VEDAÇÕES AO CORRESPONDENTE:

4.1. É vedado ao **CORRESPONDENTE**, por si ou através de seus representantes, funcionários, prepostos ou franqueados, exercer as seguintes funções:

(A) Efetuar adiantamento aos Clientes, por conta de recursos a serem liberados pelo **BGN**;



Cetelem BGN
JURÍDICO
Gabriela Oliveira



6

(B) Emitir, a seu favor, carnês ou títulos relativos às operações do **BGN** intermediadas pelo **CORRESPONDENTE**;

(C) Cobrar, por iniciativa própria, dos Clientes, para viabilização de operações de Crédito junto ao **BGN** qualquer valor, taxa, comissões, despesas e emolumentos cartorários, tarifas, despesas de administração, implantação de contratos, preenchimento de formulários, obtenção de documentos e quaisquer outros, seja de que natureza forem, ou qualquer tarifa relacionada com a prestação dos serviços objeto deste Contrato;

(D) Prestar aval ou qualquer outro tipo de garantia nas operações liberadas pelo **BGN**;

(E) Substabelecer este contrato a terceiros, total ou parcialmente, sem a prévia e expressa anuência do **BGN**. Na hipótese de ser autorizado pelo **BGN** o substabelecimento deste Contrato, todos os direitos e obrigações decorrentes serão necessariamente aplicáveis aos substabelecidos, conforme respectivo Termo de Substabelecimento firmado pelas partes;

(F) Utilizar instalações cuja configuração arquitetônica, logomarca e placas indicativas sejam similares às adotadas pelo **BGN**;

(G) Receber quaisquer importâncias a título de pagamento das Operações de Crédito, totais ou parciais, o qual deverá ser realizado pelos Clientes diretamente ao **BGN**;

(H) Efetivar, por sua conta e risco, operações ativas de empréstimos e/ou financiamentos não autorizados pelo **BGN**, sob qualquer modalidade;

(I) Condicionar a contratação dos serviços financeiros do **BGN** à contratação de qualquer outro produto ou serviço;

(J) Captar recursos junto ao público;

(K) Exigir dos tomadores de empréstimos e/ou financiamentos quaisquer importâncias a título de encargos moratórios, fora dos parâmetros adotados pelo **BGN**; e

(L) Promover qualquer tipo ou forma de publicidade dos produtos, serviços, nome ou marca do **BGN**, sem prévia e expressa autorização do **BGN**.

6. VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

6.1. A prestação dos serviços objeto deste Contrato não configura qualquer vínculo trabalhista, previdenciário, hierárquico ou de qualquer outra natureza entre o **BGN** e a equipe designada pelo **CORRESPONDENTE**.

6.2. Correrão por conta e a cargo, única e exclusivamente, do **CORRESPONDENTE**, o(s) salário(s) do(s) seu(s) funcionário(s) destacado(s) para a prestação dos serviços e a remuneração dos agentes que ela possa contratar para a prestação dos serviços, as despesas e/ou encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, indenizações trabalhistas e indenizações acidentárias, inclusive na área cível, bem assim todos os tributos, despesas, encargos ou emolumentos, decorrentes da presente prestação de serviços. O **CORRESPONDENTE** obriga-se a enviar ao **BGN** os comprovantes dos recolhimentos dos encargos trabalhistas e previdenciários do(s) seu(s) funcionário(s) destacado(s) para a prestação de serviços, sob pena de, não o fazendo, permitir ao **BGN** a suspensão do pagamento até a satisfação da presente exigência.

6.3. Sendo o **BGN** acionado, administrativa ou judicialmente, por qualquer funcionário, ex-funcionário ou terceiros contratados pelo **CORRESPONDENTE**, esta deverá contratar advogados, às suas custas, para a integral defesa do **BGN** e se obriga a pedir expressamente a exclusão do **BGN** da lide, sub-rogando-se nas obrigações pleiteadas. Não ocorrendo a substituição processual, o **CORRESPONDENTE**, deverá arcar com todos os custos do processo, incluindo, mas não se limitando, a custas e depósitos recursais, acordos, condenações, contador e perícias.

6.3.1. Sendo o **BGN** compelido a pagar qualquer importância, o **CORRESPONDENTE** lhe reembolsará dos respectivos valores, imediatamente após a apresentação da respectiva comprovação do desembolso, podendo, ainda, o **BGN** efetuar a retenção do respectivo valor de futuras remunerações a serem pagas ao **CORRESPONDENTE**.

7. PENALIDADES:

7.1. As Operações de Crédito encaminhadas pelo **CORRESPONDENTE** em desrespeito a qualquer norma ou diretriz do **BGN**, além de não servirem de base para a remuneração do **CORRESPONDENTE**, serão indenizados ao **BGN** caso não sejam honrados na exata conformidade do que foram contratados.

7.2. A sobredita indenização corresponderá ao pagamento integral do valor da Operação de Crédito e dos respectivos acessórios, a ser feito pelo **CORRESPONDENTE** ao **BGN**, no prazo de 10 (dez) dias após comunicado por escrito encaminhado ao **CORRESPONDENTE**.

7.3. A não transferência dos recursos a que se refere esta Cláusula, dentro do prazo assinalado, importará a obrigatoriedade de pagamento pelo **CORRESPONDENTE** de juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o total devido.

7.4. O **CORRESPONDENTE** obriga-se a indenizar o **BGN** todas as perdas, incluindo custas e despesas de honorários advocatícios, que este venha a sofrer em decorrência do pagamento de penalidades pecuniárias impostas por qualquer entidade, órgão ou instituição a que tenha de se submeter em decorrência das operações de empréstimo e/ou financiamento que sejam realizadas pelo **CORRESPONDENTE** em desacordo com as normas e diretrizes constantes dos manuais acima mencionados.

7.5. Para os contratos de Empréstimo Consignado, caso (a) a Operação não seja averbada em favor do **BGN** e este já tenha creditado o valor da Operação ao Cliente ou ao terceiro por ele indicado ou (b) a Operação não seja averbada em favor do **BGN** e este já tenha promovido a liquidação de contrato firmado pelo cliente em outra Instituição Financeira o **CORRESPONDENTE** autoriza ao **BGN**, desde já, a seu critério efetuar a retenção do valor da operação das remunerações a serem pagas ao **CORRESPONDENTE** até a regularização das pendências apontadas.

7.5.1. Em não sendo possível a retenção em questão, compromete-se o **CORRESPONDENTE** a proceder ao pagamento dos valores indicados como devidos para o **BGN** em até 10 (dez) dias úteis de sua indicação. Em não sendo pagos os valores em questão, autoriza o **CORRESPONDENTE** a cobrança extrajudicial ou judicial dos mesmos, sendo considerado como título executivo a notificação enviada pelo **BGN**, seja física ou por e-mail, contendo a relação dos contratos e os valores devidos.

7.5.2. Por "Valor da Operação" entende-se o valor total da operação (valores liberados ao cliente + valores destinados para quitação de contratos firmados com outras Instituições Financeiras, se for o caso).

8. SIGILO:

8.1. O **CORRESPONDENTE** declara estar ciente de que os serviços ora contratados estão sujeitos a todas as normas e leis que regulam a atividade e o sigilo bancário, bem como está ciente das disposições relacionadas à prevenção e ao combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei nº 9.613 de 03/03/1998.

8.2. O **CORRESPONDENTE** obriga-se a manter, a todo tempo, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, documentos, materiais, informações, especificações técnicas e comerciais às quais venha a ter acesso ou conhecimento, ou mesmo que lhe venham a ser confiados em razão deste contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta avença, tudo sob as penas da legislação civil e penal cabíveis.

8.3. O **CORRESPONDENTE** obriga-se a garantir o cumprimento dos deveres de sigilo determinado neste Instrumento por seus funcionários e prepostos que venham a ter acesso, seja pela atividade de digitação de propostas, ou qualquer outra atividade desenvolvida por força do avençado pelas partes no presente Instrumento das informações contidas nos portais de averbação disponibilizados pelos Órgãos Públicos, ou nos sistemas internos do **BGN**.

8.4. O **CORRESPONDENTE**, enquanto detentor de códigos e senhas de acesso aos sistemas do **BGN** e dos Órgãos Públicos, quando autorizado, compromete-se:

(A) Adotar senhas pessoais e intransferíveis para todos os funcionários e prepostos designados e credenciados para a prestação dos serviços ora contratados, sendo proibida a divulgação das senhas sob qualquer pretexto;

(B) Orientar aos portadores de senhas a não transcrever as senhas, seja em meio físico ou eletrônico, bem como a não se ausentarem da estação de trabalho enquanto estiverem utilizando ("logados") os sistemas aos quais possuem acesso;

(C) Solicitar ao **BGN** o imediato cancelamento e alteração de senha em qualquer hipótese de suspeita de conhecimento da senha por terceiros.

8.5. O dever de sigilo do **CORRESPONDENTE** contido neste Instrumento perdurará mesmo após sua rescisão.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. Se, na vigência deste Contrato, qualquer das partes admitir qualquer tolerância no cumprimento das obrigações pactuadas, tal tolerância não implicará em modificação do presente contrato, não dando ensejo à novação.

10.2. Os manuais, ordens, instruções e demais documentos e informações transmitidos e/ou entregues pelo **BGN** ao **CORRESPONDENTE** serão integralmente incorporados a este contrato, para todos os fins e efeitos contratuais e legais, e passarão a reger as relações jurídicas entre o **BGN** e o **CORRESPONDENTE**.

10.3. Na hipótese de conflito entre qualquer disposição deste Contrato e dos mencionados manuais, ordens, instruções e demais documentos, valerão as disposições deste contrato, a não ser que as partes, de forma bilateral, aceitem modificar este contrato, o que deverá ser feito mediante termo aditivo posterior a este Contrato.

10.4. O presente Contrato não tem caráter de exclusividade para qualquer das partes, estando ambas livres para contratar com terceiros serviços similares aos que constituem objeto deste Contrato.

10.5. Ao **BGN** fica reservado o direito de, a qualquer tempo, diretamente por seus funcionários ou prepostos, ou por intermédio de terceiros contratados, realizar auditoria específica em relação aos trabalhos contratados e prestados pelo **CORRESPONDENTE**.

10.6. O **CORRESPONDENTE** deverá se abster de receber, em nome do **BGN**, qualquer tipo de correspondência, intimação, citação, extrajudicial e/ou judicial, devendo, tão somente, declinar o endereço do **BGN** ao respectivo interessado, sob pena de responder por todos os prejuízos que o **BGN** experimentar em decorrência do descumprimento do ora ajustado. O **CORRESPONDENTE** não pode, em hipótese alguma, emitir qualquer documento, declaração e/ou correspondência em nome do **BGN**.

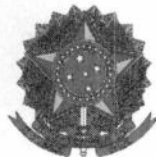
10.7. Todas as obrigações tributárias, previdenciárias e parafiscais, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços prestados por força deste contrato, serão de exclusiva responsabilidade das partes definidas em lei como responsáveis.

10.8. Para o exercício da função de Correspondente, o **CORRESPONDENTE** declara:

- (i) permitir acesso do Banco Central do Brasil aos contratos firmados ao amparo da regulamentação de correspondentes no país e, vigor, à documentação e informações referentes aos produtos e serviços fornecidos, bem como às dependências do **CORRESPONDENTE** e respectiva documentação relativa aos atos constitutivos, registros, cadastros e licenças requeridos pela legislação;
- (ii) ter pleno conhecimento de que a realização, por sua própria conta, das operações consideradas privativas de instituições financeiras ou de outras operações vedadas pela legislação vigente se sujeitará às penalidades previstas na Lei nº. 4.595 de 31/12/1964 e na Lei nº. 7.492, de 16/06/1986;
- (iii) estar ciente da possibilidade de adoção de medidas, por iniciativa do **BGN**, nos termos do artigo 4º da Resolução 3.954, de 24/02/2011.

10.9. O presente Contrato será regido pelas normas editadas pelo Banco Central do Brasil, especialmente pela Resolução nº 3.954 de 24/02/2011, Resolução nº. 3.959 de 01/04/2011 e suas alterações posteriores.

10.10. O **CORRESPONDENTE** reconhece e concorda que, a partir da presente data, o presente Instrumento substitui qualquer contrato de prestação de serviços ou contrato de prestação de serviços de correspondente ou outro contrato com denominação diversa, mas que possua objeto semelhante, firmado pelas partes em data anterior.



116
116

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS – 01.500.502, em 18.06.2019

Ref.: Ofício nº 33/2019, de 28.01.2019

Interessado: Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal - TJDF

Assunto: Aplicação de penalidade ao Artigo 52 da Instrução Normativa nº 28/PRES/INSS de 06/05/2008, alterada pela IN nº 100, de 28/12/2018

1. Trata-se de solicitação da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, referente ao Recurso Inominado (460) nº 0707199-27.2018.8.07.003, tendo como recorrente SILVIA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA e recorrido BANCO CETELEM S.A.
2. Preliminarmente, remeta-se ao protocolo - 01.300-417 para abertura do processo, com posterior devolução a esta Divisão de Consignações em Benefícios - 01.500.502.

Karine Côrtes Segurado
Analista do Seguro Social

Divisão de Consignações em Benefícios – DCONB



Ilma. Sra. Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios Angela Regina Lima de Oliveira

Referência: ofício nº 98/INSS/CGGPB/DCONB

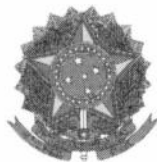
BANCO CETELEM S/A, vem, por meio de seus advogados infra-assinados, requerer acesso aos autos para obter a cópia integral do processo.


Camilla Moura Ferreira de Oliveira
OAB/DF 40.552

Rio de Janeiro Rua da Glória 290 15º andar
20241 180 Rio de Janeiro RJ Brasil

São Paulo Alameda Santos 1357 11º andar
01419 001 São Paulo SP Brasil

Brasília SAS Quadra 1 Bloco N Sala 310
Edifício Terra Brasília
70070 010 Brasília DF Brasil



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.500.502- DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS

RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTO

Eu, BARBARA RIGOMATTO BARROS, advogado, inscrito(a) na OAB sob o nº 2888283 SSP DF e CPF sob nº 034.102.311-61, declaro ter recebido de KARINA VIANA DE FREITAS, matrícula SIAPE nº 1564475, nesta data, o seguinte documento:

1- Um CD-RW, contendo cópia integral do processo do BANCO CETELEM S.A sob o número 35000.001688/2019-48, comando SIPPS nº 479154780 referente apuração de irregularidade do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Brasília, 22 de agosto de 2019.

BÁRBARA RIGOMATTO BARROS

CPF: 034.102.311-61



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35000.001688/2019-48.

Int.: BANCO CETELEM S.A. - CNPJ n.º 00.558.456/0001-71.

A s s .: Apuração de irregularidades - Processo SEI/INSS n.º 35014.439622/2021-92.

1. Visto.

2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite e no Bloco Interno do SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco Cetelem S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.439622/2021-92, **ARQUIVE-SE** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios

assinado eletronicamente

JUCIMAR FONSECA DA SILVA

Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios

DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 01/12/2021, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5736296** e o código CRC **72D31E40**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.001688/2019-

48

SEI nº 5736296